

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 129, 2º SEMESTRE DE 2021

**Brasília
2021**

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação social. – Ano 47, n.129 (jul./dez. 2021). – Brasília : FUNAG, 2021.

68 p.

ISSN: 0101-2428

Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	7
1.1. Audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	7
1.2. Assédio ao Presidente Juan Guaidó	8
1.3. Evento Comemorativo do 30º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares	8
1.4. Reunião do Presidente da República, Jair Bolsonaro, com o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo d e Sousa	9
1.5. Visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, ao Brasil	10
1.6. Situação no Afeganistão	11
1.7. Envio de Missão Humanitária ao Haiti – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Regional.....	11
1.8. Retirada de cidadãos brasileiros do Afeganistão	12
1.9. 20 anos dos atentados de 11 de Setembro	13
1.10. Participação do Brasil na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas.....	13
1.11. Visita a Brasília do Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell Fontelles	14
1.12. Brasil assume a presidência da Conferência-Geral da UNESCO	14
1.13. Adesão do Brasil à Aliança Internacional de Memória do Holocausto.....	15

1.14. Países do MERCOSUL juntos em mudança do clima	15
1.15. 51 ^a Assembleia Geral da OEA	16
1.16. Resultados da COP-26	17
1.17. Visita a Moscou do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores – 29 e 30 de novembro de 2021	18
1.18. Vistos humanitários para afegãos.....	18
1.19. Cúpula da Democracia	19
1.20. Doação de vacinas contra a Covid-19 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde.....	19
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	21
2.1. Comunicado Conjunto – Visita oficial de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, aos Emirados Árabes Unidos – 13 a 16 de novembro de 2021	21
2.2. Comunicado Conjunto – Visita oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, ao Reino do Bahrein – 16 a 17 de novembro de 2021	24
2.3. Comunicado Conjunto – Visita oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, ao Estado do Catar – 17 de novembro de 2021	28
3. DISCURSOS	31
3.1. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na 13 ^a Cúpula do BRICS (Videoconferência) – 9 de setembro de 2021	31
3.2. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76 ^a Assembleia Geral da ONU – 21 de setembro de 2021	34
3.3. Discurso do Ministro Carlos França na formatura do Instituto Rio Branco – Brasília, 1º de setembro de 2021	39

4. ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO	47
4.1. Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja	47
4.2. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Cooperação Internacional	51
5. ARTIGOS E ENTREVISTAS.....	55
5.1. “Três décadas pelo uso pacífico da energia nuclear” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, e do Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Carlos Solá, para <i>O Globo</i> , em 18 de julho de 2021	55
5.2. “A Política Externa como Política Pública: Prioridades” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, para a revista <i>Interesse Nacional</i> , ano 14, n. 54, jul./set. de 2021	57
5.3. “O Itamaraty no combate à Covid-19” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, para a <i>Revista Distrito Internacional</i> , n. 1, em 27 de dezembro de 2021	62
6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS.....	67
6.1. Post no X por ocasião do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher – 25 de novembro de 2021	67
6.2. Post no X por ocasião da Campanha Sinal Vermelho – 10 de dezembro de 2021.....	68

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou, na manhã de hoje, audiência pública para tratar de questões relativas à situação dos direitos humanos no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19. A Comissão recebeu informações do Estado e da sociedade civil sobre os direitos humanos no contexto da pandemia, incluindo temas como a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, a defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e a proteção de grupos em situações de vulnerabilidade no contexto da pandemia.

A audiência junto à Comissão constituiu importante oportunidade para o governo brasileiro apresentar as medidas adotadas na promoção e na proteção dos direitos humanos desde o início da crise sanitária. Foram detalhadas as ações empreendidas na área da saúde e na garantia de direitos da população, incluindo a proteção da renda das pessoas mais vulneráveis. Participaram da audiência os Ministérios da Saúde, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com contribuições dos Ministérios da Economia, da Justiça e das Relações Exteriores.

No mesmo dia, ocorreu audiência sobre três medidas cautelares adotadas pela Comissão, no último ano, em favor dos povos indígenas Yanomami, Ye`kwana, Guajajara e Awá, e Munduruku. Representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, bem como da Fundação Nacional do Índio, expuseram as medidas que estão sendo tomadas pelo Estado brasileiro para proteger a vida e a saúde daqueles povos frente à atual situação de pandemia e para continuar salvaguardando sua dignidade e seus direitos.

O Brasil permanece ativamente engajado no sistema interamericano de direitos humanos e reafirma sua constante disposição de contribuir com o trabalho da Comissão. O governo brasileiro trabalha junto aos órgãos do

sistema interamericano e à sociedade civil, pautado pela transparência e pelo diálogo franco, para fortalecer a proteção e a promoção dos direitos humanos no território nacional.

Nota à imprensa nº 83, publicada em 01/07/2021

1.2. Assédio ao Presidente Juan Guaidó

O governo brasileiro rechaça veementemente os atos de intimidação perpetrados por forças de segurança do regime de Nicolás Maduro contra o presidente encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, e outras lideranças democráticas na data de hoje.

Os atos praticados colocam em dúvida a efetiva disposição do regime de estabelecer diálogo e negociações de boa-fé com as forças democráticas venezuelanas, com vistas à realização de eleições livres e transparentes no país.

O governo brasileiro segue apoiando uma solução pacífica, constitucional e liderada pelos próprios venezuelanos para colocar fim à grave crise por que passa o país vizinho. Chama atenção, contudo, para o que parece ser uma nova tentativa do regime de inviabilizar processos negociadores capazes de promover uma transição democrática no país.

Nota à imprensa nº 87, publicada em 12/07/2021

1.3. Evento Comemorativo do 30º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

Será realizado, em 19 de julho, no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, evento comemorativo do 30º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), com a participação do Ministro das Relações Exteriores Carlos França e do Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Solá, bem como da Secretaria da ABACC, Dra. Elena Maceiras, e do Secretário-Adjunto da ABACC, Dr. Marco Marzo.

O evento comemorativo contará, ainda, com a participação do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes. O Diretor-Geral da Agência Internacional de

Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, que se encontra em visita oficial ao Brasil, também participará do evento.

A ABACC foi criada por meio do Acordo entre Brasil e Argentina sobre o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, assinado em 18 de julho de 1991, em Guadalajara, México.

A ABACC é peça central do modelo de salvaguardas nucleares aplicável ao Brasil e à Argentina e foi resultado de bem-sucedida engenharia diplomática e técnica. Sua implementação permitiu a ambos os países superar desconfianças no campo nuclear e forjar um caminho de transparência e cooperação.

Esse modelo, único no mundo, vai além dos acordos de salvaguardas abrangentes normais, para permitir a ambos os países realizar, por meio da ABACC, inspeções recíprocas nas instalações nucleares um do outro, que são complementadas por inspeções da AIEA.

A robustez e a confiabilidade desse modelo de verificação, baseado no trabalho cooperativo de duas agências internacionais, faz com que os programas nucleares do Brasil e da Argentina estejam sujeitos aos mais elevados padrões de verificação e transparência.

Nota à imprensa nº 91, publicada em 16/07/2021

1.4. Reunião do Presidente da República, Jair Bolsonaro, com o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, recebeu, hoje, o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, em encontro no Palácio da Alvorada. O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, participaram da reunião.

O encontro permitiu examinar a reativação dos mecanismos de diálogo bilateral, em preparação para a próxima Cimeira Brasil-Portugal e as celebrações do bicentenário da Independência em 2022. Nesse contexto, avaliaram positivamente a recente visita do Ministro Carlos França a Lisboa, de 30 de junho a 2 de julho, e encontros à margem da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda, de 15 a 17 de julho.

Os Presidentes Bolsonaro e Rebelo de Sousa reafirmaram na ocasião a convergência entre Brasil e Portugal nos campos cultural, econômico, comercial

e multilateral e reiteraram o compromisso mútuo de promover a recuperação econômica no contexto pós-pandemia.

O relacionamento entre Brasil e Portugal beneficia-se de laços históricos e afetivos, consubstanciados no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. Ambos os países mantêm tradicional e densa parceria política, econômica e cultural, além de contínua coordenação em foros internacionais.

Nota à imprensa nº 97, publicada em 02/08/2021

1.5. Visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, ao Brasil

O Conselheiro de Segurança Nacional (CSN) dos EUA, Jake Sullivan, realizará visita de trabalho ao Brasil no dia 5 de agosto, acompanhado de delegação de alto nível, ocasião em que será recebido pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Principal assessor do Presidente dos EUA para temas de segurança nacional e de política externa, Jake Sullivan é responsável por coordenar a execução de iniciativas internacionais entre as diversas agências norte-americanas. O CSN é órgão colegiado, presidido pelo chefe do Poder Executivo, e integrado pelos secretários de Estado, do Tesouro e de Defesa, entre outras altas lideranças do governo norte-americano.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, receberá Jake Sullivan no Itamaraty. A visita ilustra o fortalecimento da parceria entre as duas maiores economias e democracias do continente americano. Além de diversificada e densa pauta bilateral, os governos do Brasil e dos EUA compartilham interesses na promoção de um hemisfério próspero, seguro e democrático.

O Conselheiro de Segurança Nacional será recebido pela sua contraparte, o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Rocha. Deverá reunir-se, ainda, com o Ministro da Defesa, General Walter Braga Netto, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, e o Ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Nota à imprensa nº 98, publicada em 04/08/2021

1.6. Situação no Afeganistão

O Governo brasileiro expressa sua profunda preocupação com a deterioração da situação no Afeganistão e as graves violações dos direitos humanos.

Manifesta, igualmente, apreensão com o aumento da instabilidade na Ásia Central e seu potencial impacto em outras regiões.

O Brasil espera o rápido engajamento das Nações Unidas para o estabelecimento de canais de diálogo e espera que o Conselho de Segurança possa atuar para assegurar a paz na região. É essencial assegurar a atuação plena da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA).

O Governo brasileiro conclama os atores envolvidos a proteger os civis, respeitar o Direito Internacional Humanitário, garantir o acesso desimpedido da ajuda humanitária e respeitar os direitos fundamentais do povo afegão, em especial de mulheres e meninas.

É necessário preservar os ganhos obtidos nas últimas décadas em matéria de proteção de direitos humanos, fortalecimento da democracia e desenvolvimento socioeconômico no Afeganistão.

Não há registro de brasileiros atualmente residindo ou em trânsito no Afeganistão. Os telefones de plantão da Embaixada do Brasil no Paquistão (+92 300 8525941), que tem a jurisdição consular sobre o território afegão, e da Divisão de Assistência Consular do MRE (+55 61 98197-2284) estão disponíveis para qualquer nacional que se encontre no país e necessite urgentemente de auxílio.

Nota à imprensa nº 103, publicada em 16/08/2021

1.7. Envio de Missão Humanitária ao Haiti – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Regional

O Governo brasileiro, por intermédio de ação interministerial envolvendo a Justiça e Segurança Pública (MJSP), a Defesa (MD), as Relações Exteriores (MRE), a Saúde (MS) e o Desenvolvimento Regional (MDR), definida no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional, tomou a decisão, em 18 de agosto, de enviar ao Haiti Missão

Humanitária Multidisciplinar, em resposta emergencial à tragédia causada por terremoto em 14 de agosto.

A missão contará com a participação de uma aeronave de transporte KC-390 Millennium, da Força Aérea Brasileira, prevista para partir em direção a Porto Príncipe no próximo final de semana, com o propósito de levar pessoal e material de apoio à emergência humanitária.

A missão deverá ter equipes de especialistas e peritos em busca e resgate em estruturas urbanas colapsadas, além de contar com “kits” de medicamentos e insumos estratégicos para assistência farmacêutica emergencial, doados pelo Ministério da Saúde.

A configuração da missão poderá ser ajustada em função das necessidades e dos entendimentos que estão sendo mantidos com o governo haitiano.

Por ocasião do Dia Internacional Humanitário, celebrado hoje, 19/08, o Governo do Brasil reitera a sua manifestação de solidariedade ao povo haitiano e reafirma seu compromisso com o bem-estar e a estabilidade do Haiti.

Nota à imprensa nº 104, publicada em 19/08/2021

1.8. Retirada de cidadãos brasileiros do Afeganistão

O governo brasileiro concluiu, com êxito, a retirada do Afeganistão de dois nacionais brasileiros, bem como de suas famílias, que haviam solicitado auxílio do Itamaraty para deixar aquele país.

Na última quinta-feira, um dos brasileiros, acompanhado de cinco familiares afegãos, foi evacuado para a Espanha, após gestões realizadas pelo Itamaraty junto aos governos da Alemanha e da Espanha. Em 29 de agosto, foi possível transportar o segundo nacional e seus seis familiares afegãos até o Paquistão, em operação terrestre conduzida pela Embaixada do Brasil em Islamabad em coordenação com o governo paquistanês. Todos se encontram em boas condições de saúde e em segurança.

O Itamaraty segue monitorando a situação dos cidadãos brasileiros que manifestaram interesse em permanecer no Afeganistão. Está também atento aos pedidos de afegãos com visto de residência no Brasil, dentro das possibilidades legais de apoio a estrangeiros.

Nota à imprensa nº 108, publicada em 30/08/2021

1.9. 20 anos dos atentados de 11 de Setembro

Por ocasião dos 20 anos dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que deixaram milhares de mortos e feridos, inclusive três brasileiros, o governo brasileiro renova sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo dos Estados Unidos da América.

Todo ato de terrorismo constitui, em si, crime injustificável. O Brasil reitera seu repúdio ao terrorismo em todas suas formas e mantém seu compromisso de trabalhar com a comunidade internacional para combater esse flagelo e a suas causas.

Durante seu décimo-primeiro mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2022-2023, o Brasil continuará a atuar na prevenção e na resolução de ameaças à paz e segurança internacionais, inclusive o terrorismo, de acordo com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Nota à imprensa nº 112, publicada em 11/09/2021

1.10. Participação do Brasil na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Será realizada em Nova York, de 21 a 27 de setembro de 2021, a semana de alto nível da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. O Presidente da República Jair Bolsonaro chefiará a delegação brasileira, no período de 19 a 21 de setembro.

Como ocorre todos os anos, o Brasil será o primeiro país a discursar no Debate Geral da Assembleia Geral, em 21 de setembro. Além de proferir o discurso de abertura, o Presidente manterá encontros com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e com chefes de estado ou governo de outros países.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, participará de encontros com homólogos de vários países e de eventos multilaterais de interesse para o Brasil.

A 76ª sessão Assembleia Geral das Nações Unidas terá por tema principal “Construir resiliência através da esperança – recuperar-se da COVID-19, reconstruir de forma sustentável, responder às necessidades do planeta, respeitar os direitos das pessoas e revitalizar as Nações Unidas”.

O Brasil também participará de reuniões de alto nível sobre pandemia de COVID-19, operações de paz, direitos humanos, energia, sistemas alimentares, armas de destruição em massa e combate ao racismo.

Nota à imprensa nº 114, publicada em 17/09/2021

1.11. Visita a Brasília do Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell Fontelles

O Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell Fontelles, visitará Brasília, em 4 de novembro, e manterá reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França.

O Chanceler e o Alto Representante discutirão a Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, a cooperação em saúde e a participação na COP 26, além de temas econômicos e comerciais.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Em 2020, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 57,9 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 27,6 bilhões e importações da ordem de US\$ 30,3 bilhões.

O estoque de investimentos europeus no Brasil é expressivo (US\$ 353 bilhões), abrangendo variados setores como manufaturados, serviços, mineração e siderurgia, energia, agroindústria, infraestrutura e alta tecnologia.

Nota à imprensa nº 140, publicada em 03/11/2021

1.12. Brasil assume a presidência da Conferência-Geral da UNESCO

O Brasil assume, hoje, a presidência da Conferência-Geral da UNESCO, órgão máximo da Organização, por mandato de dois anos (2021-2023).

A candidatura do Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, Embaixador Santiago Mourão, foi apresentada pelo Grupo de Países Latino-Americanos e Caribenhos e aprovada por aclamação pelos países-membros.

É a primeira vez, em quase 25 anos, que o Brasil assume a presidência de um dos órgãos principais da UNESCO, em momento-chave no qual se debate a transformação estratégica da Organização.

Na mesma ocasião, a Diretora-Geral, Audrey Azoulay, foi reconduzida ao cargo, para novo mandato de quatro anos.

Nota à imprensa nº 145, publicada em 09/11/2021

1.13. Adesão do Brasil à Aliança Internacional de Memória do Holocausto

O Brasil aderiu hoje, 9 de novembro, à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA), na condição de observador. A Aliança reúne governos, organizações internacionais e especialistas que atuam no combate ao antisemitismo e na preservação da memória do Holocausto.

A diplomacia brasileira buscará atuar na IHRA para promover a educação e a pesquisa sobre o Holocausto, bem como para aperfeiçoar as políticas nacionais de enfrentamento ao antisemitismo, no contexto do compromisso brasileiro de combate a todas as formas de racismo, intolerância e discriminação.

Lar da segunda maior comunidade judaica da América Latina e décima maior do mundo, o Brasil orgulha-se de ter acolhido famílias que fugiram dos horrores do Holocausto. O Ministério das Relações Exteriores também se orgulha do legado de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, membros do Serviço Exterior Brasileiro designados com o título “Justo entre as Nações” pelo Memorial do Holocausto em Israel “Yad Vashem”, em reconhecimento aos seus esforços para salvar centenas de judeus da perseguição nazista.

A data de hoje, 83º aniversário do pogrom nazista de 1938, conhecido como “Noite dos Cristais”, assinala o dever compartilhado de manter viva a memória do Holocausto para as futuras gerações.

Nota à imprensa nº 146, publicada em 09/11/2021

1.14. Países do MERCOSUL juntos em mudança do clima

O Governo brasileiro saúda o anúncio, na Conferência sobre Mudança do Clima de Glasgow, Escócia (COP-26), da criação do mais novo grupo negociador sobre mudança do clima, que será integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O anúncio foi feito hoje, dia 11 de novembro de 2021, em reunião dos Ministros do Meio Ambiente dos quatro países.

Essa é a primeira vez que os quatro integrantes do MERCOSUL unem esforços em favor da busca de soluções comuns e efetivas para o problema da mudança do clima. Os quatro países compartilham valores e interesses comuns, como atesta a ampla coordenação que mantêm no âmbito do MERCOSUL, marco da integração regional.

Ao felicitar o governo paraguaio pela decisão, o Governo brasileiro reafirma seu forte compromisso com a ação climática, o reconhecimento da ciência como pilar fundamental, a importância da agricultura para a segurança alimentar global e o papel vital dos ecossistemas para o desenvolvimento sustentável.

Nota à imprensa nº 147, publicada em 11/11/2021

1.15. 51ª Assembleia Geral da OEA

Entre os dias 10 e 12 de novembro, realizou-se o 51º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a presidência da Guatemala, com o tema “Por uma América renovada”. A delegação brasileira ao evento foi chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França.

Além do combate às consequências da pandemia de COVID-19 para os países do hemisfério, a 51ª AGOEA discutiu temas interamericanos, como a promoção e a proteção dos direitos humanos, a defesa da democracia, o desenvolvimento integral e a segurança multidimensional.

A Assembleia Geral aprovou importante resolução sobre a situação na Nicarágua e declaração sobre o Haiti, entre outros documentos. Em nome de grupo de países que incluiu o Brasil, foi lida declaração que expressa preocupação com a alteração da ordem democrática e a deterioração das condições e em defesa de eleições livres na Venezuela. Foi também adotada a Carta Empresarial Interamericana.

Em votação realizada na 51ª AGOEA, foi eleito o Dr. Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos (mandato 2022-2027). Com 19 votos de 24 possíveis, o brasileiro foi o mais votado entre os sete candidatos que disputavam quatro vagas. Também foram eleitos três comissários para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e membros de outros organismos da OEA.

A Organização dos Estados Americanos é a mais antiga organização regional em atividade. A Assembleia Geral é a instância suprema da OEA. O Brasil é membro-fundador da Organização, tendo sido um dos 21 países que

assinaram a Carta de Bogotá, em 1948, e é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas.

A próxima edição da Assembleia Geral da OEA será realizada no Peru, no próximo ano.

Nota à imprensa nº 151, publicada em 12/11/2021

1.16. Resultados da COP-26

O Brasil contribuiu construtivamente para os resultados alcançados na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26), em Glasgow. O Governo brasileiro agradece ao Governo do Reino Unido, país anfitrião, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, à Secretaria-Executiva da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a todos os países participantes pelo empenho nas negociações.

Os negociadores brasileiros atuaram de forma colaborativa na busca dos consensos possíveis sobre os temas em pauta. O Governo brasileiro acolhe positivamente os entendimentos para a definição das regras operacionais do Acordo de Paris, envolvendo mercados globais de redução de emissões, transparéncia de ações e de apoio, marcos temporais comuns, adaptação e financiamento climático.

O Governo brasileiro considera que o quadro multilateral da UNFCCC e seus instrumentos seguem fortalecidos como a referência para enfrentar problemas comuns causados pela mudança do clima. O momento gerado em Glasgow demanda engajamento de todos para implementar as decisões tomadas, tendo presente as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades das Partes, assim como suas circunstâncias nacionais.

O Brasil reitera seu compromisso com a implementação de todos os compromissos previstos na Convenção-Quadro, no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris. As soluções para o problema climático passam pelo desenvolvimento sustentável, pela busca da neutralidade de emissões no conjunto das atividades econômicas, pelo aumento na capacidade de adaptação, pela redução de riscos e pelo abandono de padrões insustentáveis de produção e consumo.

Em todas essas áreas, o Brasil mostrou em Glasgow que é parte da solução para os problemas causados pela mudança do clima.

Nota à imprensa nº 152, publicada em 14/11/2021

1.17. Visita a Moscou do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores – 29 e 30 de novembro de 2021

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, realizará visita oficial à Rússia em 29 e 30 de novembro, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Sergey Lavrov, com quem discutirá a agenda bilateral, além de temas regionais e multilaterais.

O Ministro Carlos Alberto Franco França também manterá encontros com empresários russos.

Brasil e Rússia são parceiros no BRICS e no G20, e, no biênio 2022-2023, coincidirão no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2000, o relacionamento bilateral foi elevado à categoria de parceria estratégica.

O comércio bilateral está em seu maior patamar desde 2014, com alta de 65% em relação a 2020.

Nota à imprensa nº 159, publicada em 26/11/2021

1.18. Vistos humanitários para afegãos

Nos primeiros noventa dias desde a edição da Portaria Interministerial nº 24, que regulamentou a concessão do visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de grave violação de direitos humanos ou do Direito Internacional Humanitário no Afeganistão, o Governo brasileiro concedeu 339 vistos, ou quase quatro vistos por dia.

No momento, estão em análise outros 393 pedidos de visto. As entrevistas estão sendo conduzidas pelas Embaixadas do Brasil em Islamabad, Teerã, Moscou, Ancara, Doha e Abu Dhabi.

O Governo brasileiro está em contato estreito e cotidiano com grupos e associações da sociedade civil de apoio aos afegãos e com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), para processar com a rapidez possível as solicitações e apoiar os trâmites necessários.

Já estão em território brasileiro numerosos cidadãos afegãos, inclusive magistradas, jovens fotógrafas afegãs e seus grupos familiares.

O Governo brasileiro reconhece os esforços do Governo do Paquistão, que tem colaborado para a consecução dos propósitos da política de acolhida

humanitária brasileira, inclusive no que diz respeito à saída do território paquistanês dos cidadãos afegãos que obtenham visto para viagem ao Brasil.

Nota à imprensa nº 164, publicada em 01/12/2021

1.19. Cúpula da Democracia

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, participou hoje da abertura da Cúpula pela Democracia, em sessão ao vivo com o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, entre outros Chefes de Estado e Governo. O evento, organizado pelo governo americano em 9 e 10 de dezembro, conta com líderes de mais de 100 países para intercambiar experiências e reafirmar o compromisso com a democracia.

Em vídeo a ser exibido durante a Cúpula, o Presidente Bolsonaro reitera o compromisso do Brasil com a proteção das liberdades fundamentais e a promoção de uma cultura de diálogo, liberdade e inclusão social, sem discriminação. Reafirma que a luta contra a corrupção constitui prioridade permanente do governo brasileiro, inclusive por meio da aprovação do Plano Anticorrupção, com vistas à consolidação de uma administração pública transparente e responsável.

O governo brasileiro apresenta compromissos voluntários assumidos por ocasião da Cúpula, nos eixos de fortalecimento da democracia, promoção dos direitos humanos e combate à corrupção.

A participação do Brasil na Cúpula pela Democracia demonstra o compromisso do País com os valores democráticos consagrados na Constituição Federal de 1988 e com o pleno desenvolvimento do estado de direito.

Nota à imprensa nº 167, publicada em 09/12/2021

1.20. Doação de vacinas contra a Covid-19 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

Com o avanço da campanha nacional de vacinação contra a Covid-19, o Brasil decidiu apoiar países da América Latina, do Caribe e da África com significativa doação de doses de vacinas contra a Covid-19.

A doação de vacinas não impactará o calendário do Plano Nacional de Imunização, ora em andamento, e será o primeiro passo de processo abrangente de cooperação em matéria de vacinas com a região e com o mundo.

O governo brasileiro está convencido de que é urgente ampliar e diversificar a capacidade produtiva mundial de produtos médicos, sobretudo de vacinas. Cumpre fortalecer a produção local em países em desenvolvimento e aperfeiçoar mecanismos de transferência de tecnologia para os países emergentes.

O Brasil reafirma seu firme compromisso com a promoção do acesso universal a vacinas, medicamentos e demais insumos necessários à luta contra a pandemia de Covid-19. O governo brasileiro está pronto para contribuir, dentro de suas capacidades, para pôr fim à pandemia no menor prazo possível.

Nota à imprensa nº 180, publicada em 20/12/2021

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Comunicado Conjunto – Visita oficial de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, aos Emirados Árabes Unidos – 13 a 16 de novembro de 2021

1. A convite de Sua Alteza o Xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum, Vice-Presidente e Primeiro-Ministro dos Emirados Árabes Unidos e Governante de Dubai, e Sua Alteza Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, Príncipe Herdeiro de Abu Dhabi e Vice Comandante Supremo das Forças Armadas dos Emirados Árabes Unidos, Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, fez sua segunda visita aos Emirados Árabes Unidos de 13 a 16 de novembro de 2021. Ministros, bem como representantes do Congresso e do setor privado, integraram a delegação presidencial.
2. Em Dubai, o Senhor Presidente da República foi recebido Sua Alteza o Xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum. À luz da parceria estratégica entre as duas nações, os dois líderes discutiram as relações bilaterais e formas de aprofundar a cooperação à luz de oportunidades futuras, enfatizando os interesses comuns para sustentar os laços de amizade entre os dois países. Ademais, o Senhor Presidente da República concedeu à Sua Alteza o Xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum a Grã-Cruz da Medalha Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira concedida a chefes de estado.
3. Durante a reunião, foram assinados diversos acordos e memorandos de entendimento, incluindo o Memorando de Entendimento entre o Centro de Estudos e Pesquisas Estratégicas dos Emirados (ECSSR) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação dos Emirados Árabes Unidos e o Ministério da Educação do Brasil sobre cooperação na área de educação.

4. O Senhor Presidente da República destacou que a visita acontece em meio às celebrações do Jubileu de Ouro dos Emirados Árabes Unidos, comemorando a unificação dos sete emirados em um estado moderno que desempenha papel importante na comunidade internacional. Além disso, o Senhor Presidente da República destacou os notáveis desenvolvimentos alcançados pelos Emirados Árabes Unidos nas últimas cinco décadas. Por sua vez, Sua Alteza o Xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum parabenizou o Brasil pela celebração do 200º aniversário de sua independência, a comemorar-se em 2022.
5. Em 14 de novembro de 2021, o Senhor Presidente da República participou da cerimônia de abertura da 17ª edição do Dubai Airshow, maior evento comercial aeroespacial do mundo. As autoridades emiráticas saudaram a expressiva participação do Brasil, por meio de pavilhão nacional e de pavilhão da EMBRAER, representando a indústria de Defesa brasileira.
6. Em 15 de novembro de 2021, o Presidente Bolsonaro participou da celebração do Dia do Brasil na Expo 2020 Dubai. O presidente parabenizou os líderes emiráticos pela realização da Expo 2020 Dubai, primeiro grande evento global aberto ao público e presencial desde o início da pandemia de Covid-19.
7. O Senhor Presidente da República foi recebido por Sua Alteza, o Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, em Abu Dhabi. As duas partes discutiram relações bilaterais e questões regionais de interesse mútuo. Ademais, Sua Alteza o Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan foi agraciado com a Grã-Cruz da Medalha Nacional do Cruzeiro do Sul pelo presidente Bolsonaro.
8. Ambos os líderes analisaram questões bilaterais urgentes e concordaram em continuar a aprofundar a Parceria Estratégica bilateral. As duas partes manifestaram interesse em realizar a primeira reunião no âmbito do acordo de Parceria Estratégica assinado entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos em 2022, para discutir tópicos que poderão incluir paz e segurança, desenvolvimento sustentável, cooperação econômica, energia renovável, e os setores de turismo, cultura e esportes.
9. Os líderes reafirmaram a importância de promover a cooperação econômica bilateral e expressaram sua intenção de aprofundá-la. Em 2021, o total de ativos dos Emirados Árabes Unidos no Brasil

ultrapassou US\$ 10 bilhões, enquanto 30 empresas brasileiras operavam nos Emirados Árabes Unidos.

10. Em 15 de novembro de 2021, o Presidente Bolsonaro participou da cerimônia de abertura do Fórum de Investimentos Brasil-Emirados, que demonstrou o desejo dos líderes empresariais dos dois países em estreitar o relacionamento econômico bilateral.
11. O Presidente brasileiro reconheceu o importante papel que os Emirados Árabes Unidos desempenham no setor de logística global e no Brasil em particular. Os líderes dos Emirados saudaram à adesão das operadoras brasileiras à iniciativa World Logistics Passport do governo de Dubai e expressaram o desejo de empresas e fundos dos Emirados Árabes Unidos expandam, ainda mais, sua significativa participação nos setores brasileiros de logística e infraestrutura.
12. Confiantes na experiência e na capacidade do agronegócio brasileiro para ajudar os EAU a obter êxito em sua estratégia de segurança alimentar, ambos os países expressaram intenção de fortalecer a cooperação bilateral no setor agrícola, conforme descrito no Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica de 2019.
13. As duas partes reafirmaram disposição de aprofundar a cooperação no combate ao crime e na regulamentação da extradição e da reabilitação social de pessoas encarceradas. A este respeito, ambos os países assinaram, em 13 de novembro de 2021, Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas.
14. Os líderes reafirmaram a importância da cooperação em defesa e expressaram intenção de realizar reunião do Comitê Conjunto de Defesa bilateral. Ambos os países expressaram o desejo de estabelecer cooperação na área de produtos de defesa, enfatizando iniciativas conjuntas no setor de pesquisa e desenvolvimento.
15. Com o intuito de fortalecer ainda mais as relações bilaterais, os líderes acolheram iniciativas nos setores de cultura, educação, turismo e esportes, tendo assinado Memorando de Entendimento sobre Educação que servirá de base para cooperação educacional na forma de intercâmbio e programas de bolsas de estudo.
16. Enfatizando a importância de promover a tolerância e a coexistência para a estabilidade regional e a prosperidade econômica, o Presidente Bolsonaro saudou a assinatura dos Acordos de Abraão entre os EAU

e o Estado de Israel. O lado emirático reiterou que os Acordos de Abraão representam oportunidade histórica que facilita a cooperação, a pacificação e o diálogo inter-religioso.

17. Reafirmando o importante papel desempenhado pelo Brasil e pelos Emirados Árabes Unidos em suas regiões, os líderes de ambos os países trocaram opiniões sobre questões prementes e reiteraram a disposição de realizar consultas regulares, uma vez que ambas as nações foram eleitas membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato de 2022-2023. Os dois lados ressaltaram o compromisso de promover a paz e a estabilidade em suas respectivas regiões e no mundo, como extensão de suas convicções na importância do multilateralismo e no papel vital que as Nações Unidas desempenham na manutenção da paz e da segurança internacionais.
18. O Presidente Bolsonaro expressou sua gratidão à liderança dos Emirados Árabes Unidos pela calorosa recepção e hospitalidade estendidas a ele e à sua delegação. Desejou aos Emirados Árabes Unidos sucesso na realização da EXPO 2020 Dubai, que continua a colocar os EAU como um hub global para tolerância, coexistência e engajamento internacional.

Nota à imprensa nº 153, publicada em 16/11/2021

2.2. Comunicado Conjunto – Visita oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, ao Reino do Bahrein – 16 a 17 de novembro de 2021

1. A convite de Sua Majestade o Rei Hamad bin Isa Al Khalifa, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, realizou visita oficial ao Reino do Bahrein nos dias 16 e 17 de novembro de 2021. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Bahrein, marco de uma nova etapa do relacionamento bilateral, caracterizada por crescente aproximação sociocultural, política, comercial e de investimentos entre os dois países.
2. O Presidente do Brasil foi recebido por Sua Majestade o Rei Hamad bin Isa Al Khalifa em Manama, capital do Bahrein, onde inaugurou a Embaixada do Brasil. Recordando a abertura em 2018 da Embaixada

do Reino do Bahrein em Brasília, os líderes ressaltaram a importância das representações diplomáticas para o estabelecimento de diálogo cada vez mais fluido entre os dois países.

3. Os líderes manifestaram a intenção de continuar a fortalecer o diálogo político bilateral, inclusive por meio de visitas de alto nível. Nesse contexto, o Senhor Presidente da República convidou o Rei do Bahrein para visitar o Brasil, em data a ser definida por via diplomática. Sua Majestade concedeu ao presidente Jair Bolsonaro a Ordem do Bahrein - Classe Premium da Ordem do Xeique Isa bin Salman Al Khalifa. O Presidente do Brasil concedeu a Sua Majestade o Grande Colar da Medalha Nacional do Cruzeiro do Sul.
4. Os líderes saudaram a notável ampliação do comércio bilateral ao longo de 2021, que demonstra a complementaridade entre as duas economias e as potencialidades do intercâmbio comercial. O intercâmbio bilateral deverá exceder a marca de US\$ 2 bilhões em 2021, e o Brasil deverá se tornar um dos principais fornecedores do Bahrein. Os líderes reforçaram sua disposição de avaliar maneiras de diversificar e fazer avançar ainda mais a pauta comercial bilateral.
5. O Senhor Presidente da República também participou em Manama de seminário empresarial organizado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Reconhecendo o importante histórico de relações entre os setores privados dos países, os líderes concordaram em empreender esforços para aproximar os países ainda mais. Nesse sentido, saudaram a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre os Bancos Centrais do Brasil e do Bahrein, além da assinatura de Memorandos de Entendimento entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Câmara de Comércio e Indústria do Bahrein, e entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Federação das Câmaras do Conselho de Cooperação do Golfo (FGCC).
6. Convencidos da competência e da capacidade do agronegócio brasileiro para garantir a segurança alimentar bareinita, os líderes discutiram as possibilidades de cooperação na área de agricultura. Concordaram em estabelecer canais de diálogo entre autoridades sanitárias com o intuito de ampliar o acesso dos produtos do agronegócio brasileiro ao mercado bareinita.
7. Os líderes reafirmaram a importância atribuída à cooperação na área de defesa e manifestaram o desejo de assinar, assim que possível,

Acordo sobre Cooperação em Defesa, que constituirá a base para iniciativas conjuntas na área. Manifestaram a intenção de estabelecer cooperação na área de Produtos de Defesa que transcenda aspectos comerciais, enfatizando, também, iniciativas conjuntas na área de pesquisa e desenvolvimento. O Bahrein saudou a participação da Marinha do Brasil nas Forças Marítimas Combinadas, parceria naval multinacional com sede no Bahrein.

8. O Senhor Presidente da República participou de sessão especial do Centro Global Rei Hamad para a Coexistência Pacífica. Os líderes concordaram em empreender iniciativas conjuntas sob os auspícios da Declaração do Reino do Bahrein, reconhecendo a importância da tolerância e do diálogo entre as religiões para a promoção da paz duradoura no Oriente Médio e no mundo. Saudaram a assinatura de Memorando de Entendimento entre o Centro Global Rei Hamad para a Coexistência Pacífica e Coordenação de Liberdade de Religião ou Crença, Consciência, Expressão e Acadêmica (COLIB), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil.
9. Destacando a importância de promover a tolerância e a coexistência para promover a estabilidade regional e a prosperidade econômica, o Presidente Bolsonaro deu as boas-vindas à assinatura dos Acordos de Abraão em 2020 entre o Reino do Bahrein e o Estado de Israel. O lado bareinita reiterou que os Acordos de Abraão representam uma oportunidade histórica para facilitar a cooperação, a pacificação e o diálogo inter-religioso.
10. Enfatizando que o conhecimento mútuo e os laços entre sociedades formam a melhor base para um relacionamento bilateral sólido e resiliente, os líderes concordaram em estimular iniciativas de cooperação nas áreas de Cultura, Educação, Turismo e Esportes.
11. Saudaram a assinatura de Memorando de Entendimento para a Cooperação Esportiva, e expressaram a importância de identificar conjuntamente áreas prioritárias para colaboração nessa área.
12. Congratularam-se igualmente pela assinatura de um Acordo sobre Cooperação Cultural, que abre caminho para a realização de iniciativas conjuntas e a ampliação da colaboração em áreas como conservação do patrimônio cultural, tradução de obras literárias, intercâmbio entre centros culturais e museus, entre outras.

13. Os líderes saudaram ainda, como símbolo dos laços políticos entre os dois países, a assinatura de um Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais, bem como de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas. Este último prevê o intercâmbio de alunos e diplomatas, incluindo a participação em seus respectivos programas de formação e o intercâmbio de informações sobre programas de estudo e pesquisa, cursos, seminários e demais atividades acadêmicas.
14. Destacaram a entrada em vigor, no último dia 28 de agosto, do Acordo de Serviços Aéreos, o que abre perspectivas para a operação regular de rotas por empresas aéreas dos dois países, ampliando-se a interconectividade entre o Brasil e o Bahrein. Reconheceram a relevância do instrumento, que, ao estabelecer marco jurídico para o transporte aéreo bilateral, fortalecerá a conectividade entre os dois países, com benefícios não apenas econômicos, mas igualmente sociais, uma vez que facilita o fluxo bilateral de pessoas e mercadorias, favorece novos investimentos e promove maior interação social e cultural entre nossos povos. Os dois líderes saudaram a entrega do certificado que marca a adesão do Brasil ao “Global-Sea-to-Air Logistics Hub” (Centro de Logística Global Mar-Ar), e manifestaram sua expectativa de que sejam estabelecidos voos diretos entre Bahrein e o Brasil em um futuro próximo.
15. Como parte do processo de construção do arcabouço jurídico para o fortalecimento futuro da relação bilateral, os líderes concordaram em dar prosseguimento à negociação de acordos de cooperação em educação, matérias legais e jurídicas, facilitação de investimentos, e cooperação técnica, entre outros temas.
16. Reconhecendo a importância do Conselho de Cooperação do Golfo para a paz e a segurança do Oriente Médio, o Brasil saudou a evolução positiva recente nas relações entre seus membros.

Nota à imprensa nº 154, publicada em 17/11/2021

2.3. Comunicado Conjunto – Visita oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, ao Estado do Catar – 17 de novembro de 2021

1. A convite de Sua Alteza o Xeique Tamim bin Hamad Al Thani, Emir do Catar, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, realizou visita oficial ao Estado do Catar no dia 17 de novembro de 2021. Os dois líderes mantiveram extensas conversas bilaterais com foco nas relações entre os dois países amigos e discutiram maneiras de aprimorar e desenvolver essas relações em todos os campos. Trocaram opiniões sobre questões e assuntos de interesse mútuo. Essas discussões refletiram as boas relações bilaterais e visões compartilhadas pelos dois países.
2. Os dois líderes enfatizaram a importância do diálogo político bilateral, concordando em continuar a estreitar o relacionamento por meio de visitas de alto nível e de mecanismos de diálogo diplomático. O Senhor Presidente da República convidou o Emir do Catar a visitar o Brasil em data a ser definida por via diplomática.
3. Reconhecendo o potencial existente na economia brasileira e o avançado estágio de desenvolvimento econômico alcançado pelo Catar, os líderes concordaram em examinar maneiras para alçar a parceria econômica a patamar representativo da complexidade de suas economias. Reiteraram a intenção de continuar as negociações do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos e do Acordo para Evitar a Dupla Tributação.
4. O Presidente do Brasil recordou que sua visita ocorre no ano em quem se celebra o aniversário de 50 anos de independência do Catar. Essa importante data marca o surgimento na comunidade das nações do moderno estado catariano, assim como sua adesão à Organização das Nações Unidas e à Liga Árabe, entre outros importantes organismos internacionais. O líder brasileiro felicitou o governo e a nação do Catar pela efeméride e saudou o notável desenvolvimento alcançado pelo país nas últimas cinco décadas. O líder catariano, por sua vez, congratulou o Brasil por seus 200 anos de independência, a serem comemorados em 2022.
5. Reconhecendo a importância do setor de logística para as cadeias de suprimento globais e para o desenvolvimento econômico de ambos os países, os líderes concordaram em examinar as possibilidades de

cooperação bilateral na área, incluindo negociações para a conclusão de um Acordo sobre Transportes Marítimos.

6. Ambos os líderes reforçaram a importância da área de defesa para as relações bilaterais. Declararam a intenção de estudar iniciativas conjuntas na área, com base no Memorando de Entendimento entre Ministérios da Defesa assinado em outubro 2019.
7. Reafirmaram a intenção de construir parceria na área de produtos de defesa envolvendo aspectos comerciais e de pesquisa e desenvolvimento. O Memorando de Entendimento sobre Parceria Estratégica relacionada ao desenvolvimento, produção e comercialização de produtos de Defesa deverá fornecer a base para esta cooperação.
8. Os dois líderes ressaltaram a contribuição fundamental do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação para a ampliação da competitividade de suas economias nacionais. Os líderes manifestaram intenção de explorar as complementariedades dos países no setor e concordaram em dar início às negociações de um Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.
9. O Brasil felicitou o Catar pelos preparativos para sediar a Copa Árabe da FIFA em 2021 e a Copa do Mundo da FIFA em 2022 e colocou à disposição a experiência brasileira acumulada na organização de grandes eventos em anos recentes.
10. Ao ressaltarem que o conhecimento mútuo e os laços entre sociedades formam a melhor base para um relacionamento bilateral sólido e resiliente, os líderes concordaram em estimular iniciativas de cooperação nas áreas de cultura, educação, turismo e esportes.
11. Os dois lados intercambiaram opiniões sobre questões regionais e internacionais de interesse mútuo, incluindo a situação política e econômica na América Latina e no Oriente Médio.
12. Sua Excelência, o Presidente Jair Bolsonaro, expressou sua apreciação e gratidão à Sua Alteza o Xeique Tamim bin Hamad Al Thani, Emir do Estado do Qatar, pela calorosa recepção e generosa hospitalidade que foi estendida a ele e à delegação que o acompanhou.

Nota à imprensa nº 156, publicada em 18/11/2021

3. DISCURSOS

3.1. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na 13^a Cúpula do BRICS (Videoconferência) – 9 de setembro de 2021

Gostaria de cumprimentar a Índia pelos resultados alcançados pelo BRICS este ano e reiterar o apoio do Brasil à presidência de turno india.

Nos 15 anos de existência do BRICS, nossas nações esforçaram-se para estabelecer e consolidar uma cooperação que nos permitiu obter importantes resultados nos três pilares do agrupamento: (i) político e segurança; (ii) economia e finanças; (iii) intercâmbios interpessoais e culturais.

A Declaração sobre o Fortalecimento e a Reforma do Sistema Multilateral, adotada pelos nossos Ministros de Relações Exteriores, em junho passado, defende mudanças na governança global, inclusive no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde e na Organização Mundial do Comércio. Queremos também uma arquitetura financeira mais justa e por isso logramos dois dos mais concretos resultados de nossa cooperação: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS.

Estamos empenhados no processo de revitalização das Nações Unidas e sublinhamos a urgência de avançarmos nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança, de modo a ampliar sua composição nas duas categorias de membros e a garantir maior representatividade do mundo em desenvolvimento. É com grande sentido de responsabilidade que o Brasil assumirá, a partir de janeiro de 2022, pela décima-primeira vez, assento não permanente no Conselho de Segurança.

Caros colegas,

A pandemia de Covid-19 dá sinais de que perde força. Com o avanço da vacinação, que no Brasil já alcança mais da metade da população com a primeira dose, e cerca de um terço com a imunização completa, em breve todas as atividades regulares serão definitivamente retomadas.

Desde o início da emergência sanitária, meu governo vem adotando medidas consistentes de resposta à pandemia. Em nenhum momento deixamos de lado a preocupação com o emprego e a renda de nossa população. Prestamos assistência financeira emergencial a um terço da nossa população. Essa e outras medidas, como reformas estruturais que temos realizado no Brasil, oferecem base firme para a retomada econômica.

Na área comercial, reitero o interesse do Brasil na reforçada cooperação dos países do BRICS em prol da modernização da Organização Mundial do Comércio. Para responder aos desafios do século XXI, precisamos de sistema multilateral de comércio aberto, transparente, não discriminatório e baseado em regras mutuamente acordadas e estabelecidas.

Defendemos reforma que recupere o foco da OMC no livre comércio, de modo a contribuir para o crescimento econômico global. A 12ª Conferência Ministerial da OMC, no final deste ano, será importante para definir o futuro da Organização. O Brasil propôs pacote ambicioso, mas factível, incluindo comércio e saúde, agricultura, pesca, subsídios, entre outros. Ressalto que melhorar as regras sobre subsídios – tanto industriais quanto agrícolas – é fundamental para corrigir distorções e evitar uma “competição predatória”.

O Brasil continua apoiando iniciativas que levem à maior produção e distribuição de vacinas, produtos e insumos farmacêuticos em países em desenvolvimento. Precisamos de decisões que permitam a rápida disponibilização de vacinas e outros tratamentos para a Covid-19. A cooperação entre detentores de tecnologia e produtores nacionais, especialmente nas nações em desenvolvimento, continua sendo essencial para viabilizar o combate à pandemia.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Reiteramos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Não há crescimento econômico nem progresso social que se sustentem sem a preservação dos recursos naturais, da mesma maneira que um meio ambiente saudável só é possível com oportunidades para todos. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável constitui referência central para alcançarmos esses propósitos, tendo sempre por premissas a soberania de cada país e suas respectivas prioridades nacionais.

Consideramos a parceria no âmbito do BRICS crucial para fortalecer o regime multilateral de mudança do clima, estabelecido sob a égide da

Convenção-Quadro das Nações Unidas e do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o qual leva em conta as capacidades nacionais.

Com uma legislação doméstica atualizada, o Brasil segue comprometido com a referida Convenção-Quadro, com suas Conferências das Partes (COPs) e com o Acordo de Paris. Temos uma Contribuição Nacionalmente Determinada ambiciosa e estamos no caminho de seu cumprimento. Nossa objetivo é aliar crescimento econômico com bem-estar social e preservação ambiental.

Prezados líderes,

Não posso deixar de comentar as crises e tensões geopolíticas atuais, que ameaçam a paz e a estabilidade em diversas partes do mundo e causam preocupação a toda a comunidade internacional.

Na América do Sul, a crise venezuelana requer atenção urgente, sobretudo à luz do constante fluxo de refugiados que deixam o país. O diálogo deve trazer resultados concretos para o retorno da Venezuela à democracia e para a estabilidade regional.

Outro país das Américas, o Haiti, vive novo período de sofrimento decorrente de catástrofes naturais. Enviamos missão humanitária nas últimas semanas, no espírito de estendermos, mais uma vez, uma mão amiga àquele povo irmão. Um esforço de concertação multilateral para ajudar a reconstruir o Haiti se faz necessário.

Na África, o Brasil vem acompanhando com atenção os acontecimentos na província moçambicana de Cabo Delgado. Expressamos nossa solidariedade ao governo e ao povo de Moçambique pelas perdas humanas decorrentes do conflito ali instalado.

Em relação ao Oriente Médio, acompanhamos com preocupação o prolongamento de conflitos que se encontram na origem das mais graves crises humanitárias, com repercussões em todo o mundo. O Brasil continua pronto a contribuir para o diálogo e soluções políticas para os conflitos naquela região. No campo humanitário, manteremos o apoio a países amigos como o Líbano e o Iraque, em suas iniciativas de fortalecimento institucional e econômico.

Acompanhamos com preocupação a situação no Afeganistão. Esperamos o rápido engajamento das Nações Unidas para o estabelecimento de canais de diálogo e a atuação do Conselho de Segurança para manter a paz e a segurança na região.

Caros colegas,

Ao falar da cooperação intra-BRICS, ressalto as atividades do Novo Banco de Desenvolvimento, cujo papel será ainda mais central no contexto de retomada econômica pós-pandemia.

Sublinho também a importância da área de ciência, tecnologia e inovação. Nossos países têm demonstrado capacidade de encontrar soluções para os diferentes desafios que nossas sociedades enfrentam, como demonstram os resultados da chamada de projetos de pesquisa dedicados ao combate à pandemia de Covid-19. Realço com grande satisfação o fato de o Brasil participar de todos os 12 projetos selecionados.

No âmbito de nossa cooperação espacial, o Brasil manifesta satisfação com a recente assinatura do acordo sobre satélites de sensoriamento remoto do BRICS, objeto de longas negociações.

Na área de segurança, saudamos a aprovação do Plano de Ação em contraterrorismo do BRICS, que prevê medidas para implementação da Estratégia de Contraterrorismo adotada por nós em 2020. Coincidimos na avaliação de que o combate ao terrorismo requer estratégia de ação equilibrada entre prevenção e repressão.

Sobre segurança cibernética, o Brasil manifesta preocupação com o aumento do uso malicioso das tecnologias da informação e de comunicações. Temos defendido ativamente o tratamento do tema no âmbito das Nações Unidas e o fortalecimento dos princípios e das normas já existentes sobre o uso responsável dessas tecnologias.

Caros colegas,

Os resultados alcançados no ano corrente ratificam a solidez do nosso diálogo intra-BRICS. Ao presidente Xi Jinping, desejo muito sucesso na próxima presidência de turno do BRICS. Asseguro-lhe que a China contará com todo o apoio do Brasil.

Muito obrigado.

3.2. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU – 21 de setembro de 2021

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Abdulla Shahid,

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres,

Senhores Chefes de Estado e de Governo e demais chefes de delegação,

Senhoras e senhores,

É uma honra abrir novamente a Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões.

O Brasil mudou, e muito, depois que assumimos o governo em janeiro de 2019.

Estamos há 2 anos e 8 meses sem qualquer caso concreto de corrupção.

O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo.

Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo.

Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são lucrativas.

Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro.

Tudo isso mudou. Apresento agora um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada.

O Brasil possui o maior programa de parceria de investimentos com a iniciativa privada de sua história. Programa que já é uma realidade e está em franca execução.

Até aqui, foram contratados US\$ 100 bilhões de novos investimentos e arrecadados US\$ 23 bilhões em outorgas.

Na área de infraestrutura, leiloamos, para a iniciativa privada, 34 aeroportos e 29 terminais portuários.

Já são mais de US\$ 6 bilhões em contratos privados para novas ferrovias. Introduzimos o sistema de autorizações ferroviárias, o que aproxima nosso modelo ao americano. Em poucos dias, recebemos 14 requerimentos de autorizações para novas ferrovias com quase US\$ 15 bilhões de investimentos privados.

Em nosso governo promovemos o ressurgimento do modal ferroviário

Como reflexo, menor consumo de combustíveis fósseis e redução do custo Brasil, em especial no barateamento da produção de alimentos.

Grande avanço vem acontecendo na área do saneamento básico. O maior leilão da história no setor foi realizado em abril, com concessão ao setor privado dos serviços de distribuição de água e esgoto no Rio de Janeiro.

Temos tudo o que investidor procura: um grande mercado consumidor, excelentes ativos, tradição de respeito a contratos e confiança no nosso governo.

Também anuncio que nos próximos dias, realizaremos o leilão para implementação da tecnologia 5G no Brasil.

Nossa moderna e sustentável agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional.

Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa.

Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países.

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais.

São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500.

Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental.

Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a neutralidade climática. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos órgãos ambientais, foram dobrados, com vistas a zerar o desmatamento ilegal.

E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer!

Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior.

Qual país do mundo tem uma política de preservação ambiental como a nossa?

Os senhores estão convidados a visitar a nossa Amazônia!

O Brasil já é um exemplo na geração de energia com 83% advinda de fontes renováveis.

Por ocasião da COP-26, buscaremos consenso sobre as regras do mercado de crédito de carbono global. Esperamos que os países industrializados cumpram efetivamente seus compromissos com o financiamento de clima em volumes relevantes.

O futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo.

Ratificamos a Convenção Interamericana contra o Racismo e Formas Correlatas de Intolerância.

Temos a família tradicional como fundamento da civilização. E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão.

14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas. Nessas regiões, 600.000 índios vivem em liberdade e cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades.

O Brasil sempre participou em Missões de Paz da ONU. De Suez até o Congo, passando pelo Haiti e Líbano.

Nosso país sempre acolheu refugiados. Em nossa fronteira com a vizinha Venezuela, a Operação Acolhida, do Governo Federal, já recebeu 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

O futuro do Afeganistão também nos causa profunda apreensão. Concederemos visto humanitário para cristãos, mulheres, crianças e juízes afegãos.

Nesses 20 anos dos atentados contra os Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, reitero nosso repúdio ao terrorismo em todas suas formas.

Em 2022, voltaremos a ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Agradoço aos 181 países, em um universo de 190, que confiaram no Brasil. Reflexo de uma política externa séria e responsável promovida pelo nosso Ministério de Relações Exteriores.

Apoiamos uma Reforma do Conselho de Segurança ONU, onde buscamos um assento permanente.

A pandemia pegou a todos de surpresa em 2020. Lamentamos todas as mortes ocorridas no Brasil e no mundo.

Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo.

No Brasil, para atender aqueles mais humildes, obrigados a ficar em casa por decisão de governadores e prefeitos e que perderam sua renda, concedemos um auxílio emergencial de US\$ 800 para 68 milhões de pessoas em 2020.

Lembro que terminamos 2020, ano da pandemia, com mais empregos formais do que em dezembro de 2019, graças às ações do nosso governo com programas de manutenção de emprego e renda que nos custaram cerca de US\$ 40 bilhões.

Somente nos primeiros 7 meses desse ano, criamos aproximadamente 1 milhão e 800 mil novos empregos. Lembro ainda que o nosso crescimento para 2021 está estimado em 5%.

Até o momento, o Governo Federal distribuiu mais de 260 milhões de doses de vacinas e mais de 140 milhões de brasileiros já receberam, pelo menos, a primeira dose, o que representa quase 90% da população adulta. 80% da população indígena também já foi totalmente vacinada. Até novembro, todos que escolheram ser vacinados no Brasil, serão atendidos.

Apoiamos a vacinação, contudo o nosso governo tem se posicionado contrário ao passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada a vacina.

Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina.

Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial. Respeitamos a relação médico-paciente na decisão da medicação a ser utilizada e no seu uso *off-label*.

Não entendemos porque muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o tratamento inicial.

A história e a ciência saberão responsabilizar a todos.

No último 7 de setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo.

Como demonstrado, o Brasil vive novos tempos. Na economia, temos um dos melhores desempenhos entre os emergentes.

Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como um dos melhores destinos para investimentos.

É aqui, nesta Assembleia Geral, que, vislumbramos um mundo de mais liberdade, democracia, prosperidade e paz.

Deus abençoe a todos.

3.3. Discurso do Ministro Carlos França na formatura do Instituto Rio Branco – Brasília, 1º de setembro de 2021

Antes de ler a nominata, eu gostaria de agradecer a Banda dos Fuzileiros Navais, que hoje nos abrilhantou com sua música na execução do Hino Nacional Brasileiro. Os fuzileiros navais, uma Brigada Real de Marinha que fez a escolta de Dom João VI até o Brasil.

Embaixador Fernando Simas Magalhães, é um privilégio para esta administração ter Vossa Excelência como Secretário-Geral das Relações Exteriores; muito obrigado,

Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Diretora-Geral do Instituto Rio Branco, que lá realiza trabalho digno de nota, em todos os sentidos,

Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, paraninfo da Turma Embaixador José Jobim e nossa Presidente, Presidente da ADB Sindical,

Senhores e senhoras embaixadores aqui presentes,

Caros formandos,

Senhoras e senhores,

É com grande alegria que me junto à Direção do Instituto Rio Branco para a formatura da turma o Embaixador José Jobim.

Mas, antes de continuar a ler o discurso, eu acho que é até mais do que com grande alegria. É inevitável que, nesse momento, eu, olhando aqui nesta cerimônia, me lembre também do dia em que eu estive sentado aí, como formando do Instituto Rio Branco. Parece que foi ontem, mas não foi. Foi em 1993, e o que é que eu não daria para estar sentado no lugar de Vocês novamente.

Queria dizer que o discurso da Bruna me emocionou. Eu vi que um dos nossos colegas não conseguiu segurar as lágrimas e confesso que, quando você falou do sacrifício da família e de tudo o que a gente empenha – e posso dizer a Vocês que Vocês empenharão ao longo de suas vidas para ficar nessa carreira, para ter sucesso nessa carreira – nos custa muito, e eu confesso que fiquei muito emocionado, também, com suas palavras.

Também fiquei emocionado quando a Embaixadora Maria Celina nos lembra do significado da palavra “casa”. Não é apenas a Casa do Rio Branco, e isso já significa muito da nossa responsabilidade, do legado que nós, uma vez que ingressamos aqui, precisamos honrar, mas, também, o fato de que, ao longo da carreira, como disse a Embaixadora Maria Celina, e isso é uma grande

verdade, a Casa vai ser o vínculo que nos une. Porque as nossas raízes, durante o tempo de 20, 30, 40 anos que ficarmos na carreira, de alguma maneira vão ficando mais tênuas. Perdemos contato com o Brasil; nossa relação com a família já não é a mesma, com os amigos tampouco; vão ficando mais raros, porque nós não temos muito contato. E a Casa, então, passa a ser um elo que nos une, realmente nos irmana. E isso a embaixadora Celina captou muito bem nas suas palavras.

É inevitável, por fim, que eu me lembre, também, da paraninfo da minha turma, a Turma Ulysses Guimarães, que teve por paraninfo a Embaixadora Thereza Quintella. Ela havia sido Diretora-Geral do Instituto Rio Branco e muito nos iluminou também com o seu exemplo. Ainda que a formatura tenha acontecido no auditório do Palácio – o que nós não fizemos, em razão da pandemia, porque aqui é realmente mais ventilado e esse lugar é lindo –, eu me recordo que aqui, nesse terraço, a Embaixadora Thereza Quintella, depois do almoço que nos foi oferecido, dizia para alguém da turma – e há alguns colegas de turma aqui: Embaixador Pedro Wollny, Embaixador Sarkis Sarkis, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva. Ela dizia: “Olha tenham sucesso, porque o sucesso de Vocês é o meu sucesso também”.

Essas palavras da Embaixadora Thereza Quintella serviram como um mantra para muitos da minha turma e para mim. Isso sempre me animava nos momentos difíceis da carreira – e os haverá, como bem alertou a Embaixadora Maria Celina. É uma verdade. Talvez a senhora deva dizer também, embaixadora, aos seus pupilos aqui: “Olha, o sucesso de Vocês é o meu sucesso também”. No meu caso me animou.

É inevitável, enfim, que, ocupando esta tribuna, eu também me lembre do dia 6 de abril, que foi a primeira vez que, aqui nesta sala, eu usei a palavra como Ministro das Relações Exteriores, para dar talvez a Vocês uma boa notícia.

Eu disse que eu gostaria de ter um olhar especial para os postos C e D. E hoje o boletim de serviço publica a reativação das vindas periódicas, que nós conseguimos fazer, porque já se permite talvez um pouco mais de mobilidade no transporte aéreo, mas também porque, com o apoio da Junta de Execução Orçamentária, nós tivemos a liberação de uma soma que para o Tesouro talvez não seja muito, mas para no nosso orçamento é importante: R\$ 20 milhões.

Tivemos nisso o decisivo apoio do Presidente da República, e isso nos permitirá reativar o usufruto desse direito que a legislação outorga a todos os servidores do Serviço Exterior Brasileiro que estão lá fora. Eu servi em posto D, então eu sei como isso pode ser muito importante.

A formatura de uma nova turma de diplomatas é fato recorrente, mas nunca será fato trivial. É daqueles momentos que se repetem sem se desgastar. Não será jamais um ato meramente protocolar – não em uma instituição que, como o Itamaraty, tem na qualidade dos quadros que a integram, desde sempre, o seu ativo maior.

Não faço jogo de palavras se digo que, nesta ocasião, celebramos o novo e o antigo.

O novo são Vocês, nossos recém-ingressos colegas, que nos trazem o reforço de suas visões, de suas aspirações e, estou seguro, de sua vontade de trabalhar pelo Brasil.

O antigo – que é antigo sem ser velho – é o apego à excelência da formação e dos métodos, é o apego a um estilo profissionalizado de fazer diplomacia que, em larga medida, herdamos do Barão do Rio Branco. Estilo que vem sendo atualizado e aprimorado ao longo das décadas, em processo que teve ponto alto na criação do Instituto Rio Branco.

Mas, entre o novo e o antigo, celebramos também, hoje, vitórias pessoais. À celebração dessas vitórias, que são as de cada um de Vocês, quero igualmente me associar.

Muitos aqui passamos pelo Instituto Rio Branco. Sabemos, é verdade, que uns têm mais saudades dos bancos da academia diplomática do que outros, e é natural que seja assim. Mas, quero crer, nenhum de nós perde da memória aqueles que são tempos de descobertas únicas e de aprendizado intenso com professores e colegas de turma – colegas que, para nossa maior riqueza, vêm de realidades geográficas e sociais cada vez mais diversas. Do mesmo modo, nenhum de nós esquece o esforço que o Rio Branco exige, a começar pelos exames de ingresso. São anos de estudo, anos que cobram afinco e, não raro, sacrifícios. É empreitada da qual Vocês, com seus familiares e amigos, têm justificadas razões para agora orgulhar-se.

Entre essas razões, há uma em particular que eu gostaria de ressaltar.

A turma que hoje acolhemos cumpriu todas as etapas de seu curso no Rio Branco em modo virtual. Pela circunstância da pandemia, nossos colegas formandos não chegaram a conviver no espaço físico das salas de aula. Tenho bem presente o quanto isso agregou ao desafio de Vocês e, claro, ao desafio de seus professores e dos funcionários do Instituto – os quais a turma homenageia, e homenageamos todos, por intermédio dos professores de espanhol Dulce

María, María Del Mar e Pedro Delgado – não sei se a minha pronúncia está boa, os senhores dirão –; e do servidor Fernando Sérgio Rodrigues.

Felizmente, o empenho redobrado de cada um, sob a competente direção-geral da Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, garantiu que pudéssemos chegar até aqui, e com êxito. Sei que não foi fácil, mas sei também que nunca lhes faltou determinação para vencer os obstáculos que se sucediam. Deixo aqui meu reconhecimento pelo espírito público de que deram prova e lamento que, por conta da pandemia, eu não possa dar um abraço em cada um de Vocês aqui, terminada essa cerimônia.

No aspecto de socialização institucional, tão central ao papel do Rio Branco, Vocês continuarão a contar, nas unidades em que estejam lotados, com a atenção especial dos colegas mais antigos. Conversei a respeito com o Secretário-Geral, Embaixador Fernando Simas, que orientará nesse sentido as respectivas chefias. Como tenho dito desde que assumi o Ministério, é essencial velarmos, sem descanso, por nossa coesão institucional.

Nossa coesão institucional, aliás, é imperativo que a Turma Embaixador José Jobim reverencia ao homenagear, como Paraninha, a Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues. A Embaixadora Maria Celina consagrou quatro décadas de uma brilhante trajetória profissional ao Itamaraty. E, já aposentada, tem dado o melhor de sua inteligência e de sua capacidade de trabalho à Associação dos Diplomatas Brasileiros. Quero dizer que, até antes de ocupar essa alta função, eu já era testemunha do excelente trabalho realizado pela embaixadora Maria Celina à frente da ADB. Como o Embaixador José Jobim, que dá nome à turma, é referência de diplomata e de dedicação ao Brasil.

Senhoras e Senhores,

Este é um lugar-comum, mas há lugares-comuns a que cabe voltar: a política externa é uma política pública. Como política pública, deve estar a serviço do interesse público, das demandas da coletividade, sob pena de desvirtuar-se – ainda mais numa democracia.

Hoje, se olhamos à volta, o que vemos no Brasil, na perspectiva do Ministério das Relações Exteriores, são três grandes urgências: a urgência do enfrentamento da crise sanitária; a urgência do crescimento e da geração de empregos; e a urgência climática. São urgências nas quais, como já afirmei, o Presidente Jair Bolsonaro me instruiu concentrar as energias do Itamaraty.

Foi a partir daí que organizamos o nosso núcleo de prioridades.

Temos impulsionado uma diplomacia da saúde que, no limite, se traduz em vacinas e outros insumos médicos para os brasileiros. Ao fazê-lo, não temos descurado dos aportes que, como Chancelaria, podemos dar à capacidade do Brasil de produzir aqui os medicamentos de que precisamos. Cumpre dar combate à Covid 19 ao mesmo tempo em que nos equipamos para enfrentar futuras epidemias, o que pressupõe mais e melhor colaboração internacional.

Vimos conferindo ímpeto adicional a uma diplomacia econômica que está voltada para o desenvolvimento do País. É uma diplomacia que envolve de negociações comerciais, multilaterais e bilaterais, à aproximação com a OCDE. E que passa por contatos regulares com parceiros-chave como Argentina e outros vizinhos; Estados Unidos; União Europeia; China; Índia; ASEAN; nossos vizinhos do Leste, do outro lado do Atlântico, na África – para mencionar alguns exemplos, em lista que, claro, não é exaustiva.

Re vigoramos, ainda, uma diplomacia ambiental que contempla engajamento ativo nas deliberações multilaterais sobre meio ambiente e mudança do clima. Nisso, atuamos com a autoridade de um país que tem uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta. Atuamos com o respaldo de uma agricultura que, intensiva em tecnologia, é altamente sustentável. Atuamos, enfim, com as credenciais que nos dá uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo. O Brasil que irá à COP26, na Escócia, é um país que está na coluna das soluções em matéria de energia limpa, de agricultura de baixo carbono, de preservação ambiental.

E nossa ação diplomática vai além – como seria de esperar-se de um país das dimensões do Brasil, de um país cujos valores e interesses têm frequentemente alcance global.

Ao lado daquele núcleo de prioridades decorrente do momento que vivem o País e o mundo, acrescentam-se ao nosso exercício de planejamento, e à nossas tarefas diárias, temas que incluem necessariamente: a integração sul-americana; a agenda política internacional, nas Nações Unidas e em outros foros multilaterais; a cooperação, em formatos variados e em áreas que vão da ciência, tecnologia e inovação ao combate a ilícitos transnacionais; e, para dar mais um exemplo, a defesa vigilante de nossos nacionais no exterior por meio de nossa robusta rede consular, no que é uma das missões precípuas do Itamaraty e da maior importância, pois somos muitas vezes os únicos, ali, para ajudar nossos cidadãos.

Para tudo isso, é importante deixar claro que quem estabelece os fins tem que proporcionar os meios. Chamo atenção, particularmente no atual

debate sobre reforma administrativa, que estamos trabalhando com afinco para assegurar os instrumentos, inclusive orçamentários, destinados à efetiva consecução de nossas atividades diplomáticas, à apropriada assistência a brasileiros no exterior, ao correto gerenciamento de nossa rede de postos e às adequadas condições de trabalho dos diplomatas e das demais carreiras do SEB.

A propósito, gostaria agradecer aqui à sensibilidade do Ministério da Economia, ao apoio da Presidência da República na pessoa do Presidente Jair Bolsonaro e ao Chefe da Casa Civil, Ministro Ciro Nogueira, porque ontem o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2022, que contempla sugestões e pedidos do Itamaraty que foram atendidos de um aumento de 27% na nossa dotação orçamentária em comparação com 21. Serão mais 400 milhões de reais, o que nos permitirá a abertura de novos postos no ano que vem, Repartições Consulares da Ásia até os Estados Unidos, e nos permitirá prover os meios de que nós precisamos para a consecução dos nossos objetivos de política externa. Isso também é muito importante, como acho que destaquei aqui.

Em relação a esse último ponto, destaco, como já havia falado, entre nossos diversos esforços, a retomada das vindas periódicas, interrompidas desde o início da pandemia no ano passado, e gestões, em nível legislativo e junto a órgãos de controle, para que a aplicação do limite remuneratório constitucional leve em consideração as particularidades de nossas condições de vida e de salário no exterior. A dedicação de diplomatas aos temas de gestão é, portanto, essencial para a própria existência do Itamaraty, e tão importante quanto o empenho em assuntos de política externa.

Haveria mais a dizer. Essa é uma relação apenas ilustrativa do universo de questões que nos ocupam. E Vocês sabem disso, eu não tenho dúvida. Já concluem o Rio Branco conhecedores da multiplicidade dos assuntos com que lida o diplomata brasileiro. Se menciono alguns desses assuntos, e se me estendo sobre as urgências com que nos defrontamos, é para enfatizar isto: é numa hora de muito trabalho que Vocês se incorporam às fileiras do Itamaraty.

Muito trabalho em distintas frentes. Muito trabalho na Secretaria de Estado, para dentro da Casa, nas atividades-fim como nas atividades-meio – e as atividades-meio não são menos fundamentais. Muito trabalho também na Secretaria de Estado, só que para fora na Casa – no diálogo com os demais órgãos de governo, com o Congresso Nacional, com o conjunto da sociedade. E muito trabalho nos postos no exterior – nas embaixadas, nas missões junto

a organismos internacionais, nos consulados e onde mais sejamos chamados a agir em favor do Brasil e dos brasileiros.

Em todas essas frentes, o concurso de Vocês será valioso para o continuado funcionamento da nossa máquina. Acreditem: o trabalho bem feito faz a diferença e nos fortalece como instituição.

Caros formandos,

A porta que leva do Instituto Rio Branco às demais unidades do Ministério os completa como funcionários de Estado.

Ao atravessá-la, convido-os a sentir o peso da responsabilidade.

Em pouco tempo, perceberão que esse não precisa ser um peso desagradável.

É um peso que, se tudo der certo, os acompanhará carreira afora. Que os manterá vinculados ao Brasil e ao sentido de dever que vem com a escolha profissional que fizeram. Mas que nunca os impedirá de percorrer seus caminhos com a leveza que recomendo perseguirem sempre.

Sejam bem-vindos. Não se deixem distrair. Estaremos juntos no caminho.

Muito obrigado, parabéns.

4. ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

4.1. Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja

O Governo da República Federativa do Brasil

e

Governo do Reino do Camboja

(doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo o desejo de fortalecer os laços de amizade e cooperação existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em promover o desenvolvimento socioeconômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade premente de promover o desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum; e

Desejosos de desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

Artigo I

presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado “Acordo”, visa a promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes.

Artigo II

As Partes poderão beneficiar-se de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais, a fim de alcançar os objetivos deste Acordo.

Artigo III

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.
2. As instituições executoras e coordenadoras das atividades de cooperação e os insumos necessários à implementação dos projetos referidos no parágrafo 1 deste Artigo serão estabelecidos em Ajustes Complementares.
3. As Partes poderão deliberar sobre a participação de instituições dos setores público e privado, bem como de organizações não-governamentais de ambos os países, na implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, em conformidade com os Ajustes Complementares.
4. As Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para implementar os projetos aprovados de comum acordo, bem como buscarão o financiamento necessário de organizações e fundos internacionais, programas internacionais e regionais e outros doadores, em conformidade com suas legislações nacionais.

Artigo IV

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades de cooperação técnica, tais como:
 - a) a avaliação e a definição de áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
 - b) o estabelecimento de mecanismos e procedimentos a serem adotados por ambas as Partes;
 - c) o exame e a aprovação de Planos de Trabalho;
 - d) a análise, a aprovação e a implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
 - e) a avaliação dos resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.
2. O local e data das reuniões serão acordados pela via diplomática.

Artigo V

Os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo serão protegidos de acordo com a legislação interna de cada Parte.

Artigo VI

As Partes fornecerão, ao pessoal enviado por uma das Partes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua acomodação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem acordadas nos Ajustes Complementares, em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

Artigo VII

1. Cada Parte concederá, em seu território, ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando necessário, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de nacionais da Parte anfitriã ou estrangeiros com residência permanente na Parte anfitriã:

- a) visto, conforme as regras aplicáveis de cada Parte, a serem solicitados por via diplomática;
- b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos destinados à primeira instalação, e desde que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos serão reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção idêntica àquela prevista na alínea “b” deste parágrafo, quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre renda relativa a salários pagos pelas instituições da outra Parte;
- e) o pessoal oficial de uma Parte que exerça atividade nos termos deste Acordo ou de Ajustes Complementares no território da Parte anfitriã será tratado em conformidade com sua condição oficial, com base na reciprocidade; e
- f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e será submetida à aprovação da Parte anfitriã.

Artigo VIII

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado nos respectivos Ajustes Complementares, serão isentos de tributos de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos projetos de cooperação, todos os bens, equipamentos e outros itens referidos no parágrafo 1 deste Artigo, salvo se transferidos a título permanente à Parte anfitriã, serão reexportados com igual isenção de tributos relativos à importação e exportação, com exceção de tributos e encargos governamentais relacionados com despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução das atividades de cooperação tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo IX

1. Cada uma das Partes notificará a outra, pela via diplomática, do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo, que deverá entrar em vigor na data do recebimento da última destas notificações.

2. Este Acordo permanecerá em vigor até o momento em que qualquer das Partes notificar a outra, pela via diplomática, da sua decisão de denunciá-lo. A denúncia terá efeito seis (6) meses após a data da notificação. Em caso de denúncia, as Partes decidirão sobre a continuação das atividades em andamento, inclusive no âmbito de cooperação triangular com terceiros países.

3. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos referidos no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo X

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Acordo será resolvida por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em , em de , em dois exemplares originais, nos idiomas português, khmer e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

Pela Governo da República
Federativa do Brasil

Ana Lucy Gentil Cabral Petersen
Embaixadora do Brasil para o Camboja

Pela Governo do Reino do Camboja

OUK Sorphorn
Embaixador do Camboja na Tailândia

Celebrado em 02/07/2021

4.2. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Cooperação Internacional

O objetivo do presente Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia, representada pela Comissão Europeia (doravante designadas “as Partes”) é facilitar a implementação coordenada das ações de cooperação internacional desenvolvidas conjuntamente pelas Partes, através das respetivas estruturas de cooperação.

A cooperação entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil baseia-se no texto do «Acordo-Quadro de Cooperação», assinado em 29 de junho de 1992, que entrou em vigor em 1995. Além disso, a União Europeia e a República Federativa do Brasil estabeleceram uma Parceria Estratégica desde 2007. No âmbito dessa parceria, as duas Partes têm reiterado em cada cimeira o seu apoio à cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e às iniciativas de cooperação trilateral.

Desde então, houve evolução do quadro jurídico e político relativo à ação externa da UE. O novo «Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento», adotado em 2017, preconiza, nomeadamente, uma adaptação da política de

desenvolvimento da UE à evolução das necessidades dos países parceiros. Por outro lado, o Regulamento (UE) n.º 233/2014 que cria um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento prevê que a União Europeia apoie a cooperação Sul-Sul e a cooperação trilateral.

As iniciativas de cooperação técnica internacional tomadas pelo Governo brasileiro são regidas pelo Documento de Estratégia da Agência Brasileira de Cooperação, que tem por base os princípios da cooperação Sul-Sul, aplicados também à cooperação trilateral, nomeadamente: promoção da autonomia nacional na formulação e gestão das políticas públicas de desenvolvimento; caráter horizontal das iniciativas de cooperação e equilíbrio de interesses; benefício mútuo; respeito pela soberania e não ingerência de uma Parte cooperante nos assuntos internos da outra; ausência de condicionalidades; reconhecimento e utilização das experiências e capacidades locais; e concentração no desenvolvimento de capacidades humanas, institucionais e produtivas como base para a realização de progressos qualitativos, mensuráveis e duradouros.

A União Europeia e a República Federativa do Brasil estão empenhadas em desenvolver a cooperação Sul-Sul e a cooperação trilateral a nível mundial, em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e têm um interesse comum em aprofundar a sua parceria.

Ambas a União Europeia e a República Federativa do Brasil reconhecem que os desafios globais têm uma natureza transfronteiriça que exige uma resposta que ultrapasse o âmbito nacional, e que a cooperação internacional entre as duas Partes nos países terceiros parceiros deve, designadamente:

inscrever-se no âmbito das prioridades delineadas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

ter como objetivo último contribuir para a erradicação da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável;

respeitar e promover os direitos humanos e os princípios democráticos; promover uma melhor utilização dos recursos internos dos países parceiros;

basear-se nos setores prioritários identificados conjuntamente pela União Europeia, a República Federativa do Brasil e o país terceiro parceiro beneficiário, e para os quais a União Europeia e a República Federativa do Brasil têm interesse em contribuir com os seus próprios recursos;

assentar-se solidamente em demanda emanada do país terceiro parceiro beneficiário a fim de reforçar a apropriação.

Tendo em conta o que precede e a importância das relações entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia, as duas Partes empenham-se em cooperar da seguinte forma:

1 – Parceria

1. As duas Partes tencionam trabalhar em conjunto e congregar esforços, recursos, competências e conhecimentos a fim de lutar contra a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, em conformidade com a estratégia enunciada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
2. As duas Partes reconhecem que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem multisectorial e a participação ativa dos principais parceiros. As iniciativas devem ser tomadas em função da demanda e assumidas pelos governos dos países terceiros parceiros. Além disso, devem estar em conformidade com as estratégias, programas e planos das duas Partes e respeitar os seus valores comuns.

2 – Implementação

1. As duas Partes tencionam implementar o presente Memorando de Entendimento por meio de decisões tomadas nos níveis adequados. A fim de alcançar o objetivo de erradicação da pobreza e de apoio ao desenvolvimento sustentável, as duas Partes tencionam promover a coordenação, a sensibilização, o lançamento e a consolidação de parcerias e redes, bem como a partilha de experiências, o intercâmbio de informações e a obtenção de um consenso regional sobre questões pertinentes para conseguir maiores sinergias.
2. O presente Memorando de Entendimento deve ser implementado de acordo com o quadro jurídico aplicável a cada Parte. Não constitui um acordo vinculante por força do direito internacional nem se destina a criar direitos ou obrigações juridicamente vinculantes para qualquer das Partes tendo por base o direito internacional ou interno.
3. O presente Memorando de Entendimento pode ser completado por disposições administrativas que determinem as condições de colaboração entre as Partes em relação a programas, projetos e atividades específicos e em função dos interesses, necessidades, normas, políticas, práticas e procedimentos das Partes.

3 – Pontos de contato

Os pontos de contato pertinentes para cada Parte no que diz respeito à cooperação no âmbito do presente Memorando de Entendimento são os seguintes:

1. a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores brasileiro; e
2. a Direção-Geral das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia.

4 – Disposições finais

A colaboração com base neste Memorando de Entendimento será iniciada na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, no dia 4 de novembro de 2021, em dois originais, um em inglês e um em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela Governo da República
Federativa do Brasil

Carlos Alberto Franco França

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pela União Europeia

Josep Borrell

lto Representante da União Europeia para
Relações Exteriores e Política de Segurança
/ Vice-Presidente da Comissão Europeia

Celebrado em 04/11/2021

5. ARTIGOS E ENTREVISTAS

5.1. “Três décadas pelo uso pacífico da energia nuclear” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, e do Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Carlos Solá, para *O Globo*, em 18 de julho de 2021

Argentina e Brasil comemoram hoje os 30 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), com sede no Rio de Janeiro. A criação da agência foi um marco para o regime internacional de não proliferação e desarmamento nuclear e exemplo de boas práticas na área de salvaguardas.

Em evento alusivo à data, a ser realizado amanhã no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, com a presença do diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), embaixador Rafael Mariano Grossi, celebraremos a existência da agência, cuja criação remonta ao Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear, assinado em 18 de julho de 1991, pelos dois países, em Guadalajara, no México.

O acordo foi o resultado de processo iniciado anos antes, de construção da confiança no mais alto nível político e de aproximação estratégica entre Brasil e Argentina. Ao prever a criação de um sistema comum de contabilidade e controle de materiais nucleares, estabeleceu a ABACC, uma entidade dotada de independência, idoneidade técnica e autonomia jurídica internacional.

A agência seria a garantia para Brasil e Argentina - bem como para toda a comunidade internacional - de que os materiais e instalações nucleares de ambos os países seriam utilizados exclusivamente para fins pacíficos, sob controle sério, eficaz e eficiente.

Além de constituir um marco na relação bilateral, a criação da ABACC também teve reflexos positivos no âmbito regional mais amplo, ao abrir

caminho para a consolidação do Tratado de Tlatelolco e da Zona Livre de Armas Nucleares da América Latina e Caribe.

Poucos meses após a criação da ABACC, em dezembro de 1991, concluiu-se o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e a AIEA. Único em seu tipo, esse Acordo submeteu todas as instalações nucleares de ambos os países a salvaguardas da AIEA, em complemento às inspeções bilaterais da ABACC.

O trabalho realizado pela ABACC, por meio de uma equipe de inspetores altamente qualificados de ambas as nacionalidades que atuam em coordenação com a AIEA, resulta um mecanismo inovador e único no mundo, de inspeções recíprocas. A robustez desse modelo de verificação significa que os programas nucleares de ambos os países estão sujeitos aos mais elevados padrões de transparência, demonstrados por estarem, Argentina e Brasil, entre os países que mais recebem inspeções em seu território.

Em seus 30 anos de atuação, a ABACC alcançou avançada capacidade técnica. O método ABACC-Cristallini, por exemplo, constitui técnica inovadora de amostragem de hexafluoreto de urânio (UF6) em plantas de conversão e enriquecimento de urânio, menos intrusiva e mais barata que as técnicas tradicionais.

Atualmente, a secretaria da ABACC é chefiada pela argentina Elena Maceiras — a primeira mulher a ocupar esse cargo, acompanhada pelo brasileiro Marco Marzo, no posto de Secretário Adjunto

A ABACC mantém claro compromisso com as políticas de gênero. Seu quadro de mulheres com formação na área da ciência, tecnologia e engenharia foi fundamental para a qualidade do trabalho da agência ao longo destes 30 anos.

Na busca da realização de política nuclear comum, Argentina e Brasil estão comprometidos com o fortalecimento contínuo da ABACC, contribuição única para o mundo da qual se orgulham. Acreditamos que continuará servindo de inspiração para outros países e regiões.

5.2. “A Política Externa como Política Pública: Prioridades” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, para a revista *Interesse Nacional*, ano 14, n. 54, jul./set. de 2021

A política externa é, antes de tudo, uma política pública. Trata-se de uma obviedade, dirão alguns. E, efetivamente, não há aí nada de novo. Talvez pelas especificidades típicas da atividade diplomática, porém, a política externa é tão frequentemente vista como uma realidade estanque, é tão frequentemente associada a abstrações alheias ao concreto do país de que emana e do mundo a que se dirige, que não será demais reafirmar: a política externa – ao lado de tantas outras – é, sim, antes de tudo, uma política pública, conduzida, no caso do Brasil, pelo presidente Jair Bolsonaro, assessorado pelo ministro das Relações Exteriores.

O passo seguinte é extrair as consequências desse fato. Se é política pública, a política externa que faz sentido é aquela que está a serviço do interesse público. No nosso caso, é aquela que atende ao conjunto dos brasileiros, que responde a suas necessidades e a seus valores. Necessidades e valores formulados, como deve ser em uma democracia, pelo governo eleito, segundo determina a Constituição. A tarefa de levar adiante política externa assim entendida é sabidamente complexa – tanto pelo dinamismo de uma sociedade diversa como a brasileira, quanto pelas indefinições de um sistema internacional que, se tem espaços certos de cooperação, tem também instâncias de inegáveis tensões. Mas, complexa que seja, a tarefa é essencial. E o desafio primeiro do Ministério das Relações Exteriores é o de auxiliar o presidente da República a desempenhá-la.

O ponto de partida, a cada etapa, é identificar aquilo que os brasileiros esperam. Aquilo que esperam no calor da hora, aquilo que esperam no longo prazo. A partir daí se opera a política externa, que, estando o Brasil e o mundo em constante transformação, é sempre obra aberta.

Hoje, como assinalei já em meu pronunciamento de posse como chanceler, a sociedade brasileira confronta-se com três grandes urgências, que o presidente Jair Bolsonaro expressamente me instruiu a atacar: o combate à pandemia, a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável. Não são urgências exclusivas do Brasil, é claro, mas são muito fortemente urgências também do Brasil. Neste momento, portanto, estão no topo das prioridades de nossa política externa.

Sem dúvida, nenhuma delas esgota-se na perspectiva da política externa. Todas exigem, igualmente, e em larga medida, esforços internos, esforços que são objeto de outras políticas públicas, a cargo de outros órgãos que não o Itamaraty. Por isso é fundamental o diálogo permanente e fluido que nosso Ministério mantém não só com a sociedade, mas com os demais entes do Estado – no Executivo e além dele. O Congresso Nacional, por exemplo, tem aportes cruciais a oferecer no processo de construção de uma política externa sólida e eficaz.

Cuidemos de cada uma daquelas urgências, a começar pela de natureza sanitária. A pandemia, por definição, afeta os mais diferentes quadrantes do mundo. Desse modo, nada mais natural – e necessário – do que fazer-lhe frente em coordenação com outros países. Sobretudo o acesso a vacinas e a outros insumos médicos, indispensável na luta contra a Covid-19, depende de bem articulados exercícios de cooperação internacional. Daí a diplomacia da saúde em que nos lançamos.

É consensual que o mais grave gargalo para a aquisição de produtos farmacêuticos reside atualmente nas cadeias de suprimento, que se mostram aquém das demandas impostas pela pandemia. Junto a atores centrais daquelas cadeias, entre os quais sobressaem China, Estados Unidos e Índia, temos trabalhado para assegurar as doses de imunizantes e os ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs), necessários à continuidade de nosso programa nacional de vacinação. Da mesma maneira, temo-nos engajado pela transferência da tecnologia que nos permitirá produzir IFA no País. E, em foros como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), temo-nos empenhado em otimizar o uso das capacidades instaladas mundo afora e em remover as barreiras que persistem a uma disseminação mais ampla de remédios – valendo-nos, inclusive, das flexibilidades previstas no Acordo da OMC sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês).

É nessa direção que apontam a Iniciativa sobre Comércio e Saúde, que integramos na OMC, e a proposta que copatrocíniamos, em maio de 2021, na Assembleia Mundial da Saúde. É nessa direção que apontam, ainda, iniciativas como o ACTAccelerator, a Solidarity Call to Action e a Covax Facility. A adesão à Covax Facility deverá garantir ao Brasil 42,5 milhões de doses de vacinas.

Em suma, o Brasil atua e seguirá atuando em favor de movimento internacional que contribua para o fim da pandemia aqui e em toda parte, com atenção especial para os países em desenvolvimento. E que contribua, a partir

do aprendizado da Covid-19, para que o mundo esteja mais bem preparado em face de crises sanitárias futuras.

Outra urgência do nosso bloco de prioridades é a recuperação econômica

Em fins de 2019, progredíamos em agenda de reformas decisiva para a retomada do crescimento e dos empregos. Aprováramos a reforma da Previdência e prosseguímos em pauta de consolidação fiscal e aumento da produtividade. Em 2020, a pandemia chegou a nosso País. Fomos rápidos em adotar políticas monetária e fiscal consistentes, que garantiram a liquidez dos mercados e preservaram a renda das famílias. Mas, se o impacto sobre a economia brasileira foi mitigado, ele, ainda assim, como era inevitável, fez-se sentir.

Agora, nosso governo envia esforços redobrados para o que será a retomada do crescimento pós-pandemia. O rumo na frente doméstica está dado. Em síntese, é o da modernização da economia. Pois é para esse horizonte que também a política externa se volta.

Capítulo relevante é o do comércio e dos investimentos internacionais. Uma maior e melhor inserção nos fluxos globais de bens, serviços e capitais é condição para mais competitividade e mais empregos.

É nessa ordem de ideias que o Brasil defende o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Na mais recente Cúpula do G20, o presidente Bolsonaro enfatizou o imperativo de se revigorarem os três pilares da OMC: o das negociações, o da solução de controvérsias e o de monitoramento e transparência. No pilar das negociações, perseguimos, especialmente, normas mais rígidas contra restrições e contra subsídios distorcivos ao intercâmbio de bens agrícolas; acordo sobre facilitação de investimentos; acordo sobre comércio eletrônico que, ao promover aquela modalidade de comércio, contenha salvaguardas de proteção da privacidade; e acordo sobre regulamentação de serviços, para a harmonização e a simplificação de requisitos.

Ao mesmo tempo, vimos conduzindo, com nossos sócios, uma atualização do Mercosul. O esforço contempla uma redução gradativa da Tarifa Externa Comum e a celebração de novos instrumentos internos ao bloco, como o acordo de facilitação de comércio eletrônico. Contempla, ainda, e esta é vertente fulcral, a intensificação da agenda de negociações externas.

Concluímos as negociações de acordos de livre comércio do Mercosul com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, após tratativas que se

estenderam por duas décadas, com a União Europeia (UE). Temos a expectativa de assiná-los no mais breve prazo. Estamos cuidando de dissipar as percepções infundadas, em determinados segmentos na Europa, de que o acordo com a UE poderia ter efeitos negativos para o meio ambiente. Conforme recorda o próprio Comissário de Comércio da UE, aquele acordo incorporou os mais completos dispositivos de desenvolvimento sustentável entre os negociados até então por Bruxelas. De mais a mais, é reconhecido o caráter sustentável da agropecuária brasileira, cuja produtividade provém da inovação tecnológica, não da depredação ambiental.

Em paralelo, tencionamos ampliar o alcance dos acordos já em vigor com o México, a Índia e Israel; estamos negociando acordos de livre comércio com o Canadá, a Coreia do Sul, o Líbano e Singapura; e exploramos o caminho para negociações abrangentes com os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido.

Sobre as relações com os Estados Unidos, nosso governo trabalha para internalizar o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RTD&E) em matéria de defesa, firmado em março de 2020 e que intensificará iniciativas bilaterais de P&D de produtos de defesa; e o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência, assinado em outubro passado, em linha com os objetivos do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-Estados Unidos (de 2011) e composto por três anexos: i) facilitação de comércio e administração aduaneira; ii) boas práticas regulatórias; e iii) anticorrupção. O protocolo tem por objetivo simplificação de trâmites de comércio exterior e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos.

No âmbito de nossa diplomacia econômica, a China, como é evidente, tem lugar de destaque. Estamos concentrados em ampliar e diversificar nossas trocas com aquele que já é o primeiro destino das exportações brasileiras. Esse é um dos objetivos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo que se deverá reunir antes do fim de 2021.

Por fim, a aproximação crescente à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas a uma acesso plena, é outra via pela qual a política externa concorre para a modernização da economia brasileira. A OCDE, ademais de plataforma de definição de regras que não raro ganham curso generalizado no mundo, é celeiro de políticas públicas de qualidade. Estar ligado à OCDE significa influenciar padrões que acabam por consolidar-se em escala global e abrir-se a boas práticas em áreas que vão da gestão do Estado ao manejo de recursos naturais, passando pelo comércio e pelos investimentos.

A terceira urgência que mobiliza nossa política externa é o desenvolvimento sustentável

É certo que, na promoção do desenvolvimento sustentável, somos movidos, primordialmente, pela compreensão de que o planeta é um só e que urge preservá-lo para as gerações futuras. Não se pode negar, contudo, que a sustentabilidade adquire, no século XXI, ainda uma outra dimensão. Em distintas sociedades, a preocupação do consumidor com os aspectos ambientais e sociais das cadeias de produção torna-se variável de peso na equação econômica. Analogamente, fundos de investimento com atuação internacional, cada vez mais, pautam-se por critérios ambientais e sociais. Com isso, não é exagero dizer que a sustentabilidade é, hoje, para além de seu inequívoco valor intrínseco, tema de acesso a mercados e de atração de investimentos.

A boa notícia é que o Brasil não tem motivo para assumir atitude defensiva. Antes, o que se afigura aí, para nós, são oportunidades. Temos a nosso lado uma longa trajetória diplomática em torno do desenvolvimento sustentável – conceito, aliás, consagrado na Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Acumulamos um notável patrimônio de soluções nesse domínio – agropecuária intensiva em tecnologia, matriz energética das mais limpas, rigorosa legislação de proteção ambiental. Esses são fatores que nos dotam de autoridade perante o mundo.

Autoridade que decorre, também, do nível de ambição de nossos compromissos internacionais. Em dezembro de 2020, o Brasil anunciou, ao amparo do Acordo de Paris sobre mudança do clima, como parte de sua Contribuição Nacionalmente Determinada, o compromisso de redução de 37% na emissão de gases de efeito estufa, em 2025, e de 43%, em 2030 (sobre valores de referência de 2005). Por ocasião da Cúpula dos Líderes sobre o Clima, em abril de 2021, o presidente Bolsonaro agregou, a este, três compromissos adicionais: antecipação da meta de neutralidade climática de 2060 para 2050, duplicação do orçamento de fiscalização ambiental e eliminação do desmatamento ilegal até 2030. É esse sentido de responsabilidade que continuará a orientar a atuação do Brasil.

Combate à pandemia, recuperação econômica, desenvolvimento sustentável: essas são, pois, as urgências da política externa brasileira.

Isso não quer dizer, no entanto, que nos limitemos a elas. Nesta etapa da vida nacional, são as que mais ostensivamente clamam por nossa ação diplomática, de modo que, como observei, estão no topo de nossas prioridades.

Mas a lista dessas prioridades é naturalmente mais extensa e comporta múltiplos recortes. A busca da institucionalidade multilateral, ferramenta por excelência de um país que se insere no mundo pela força do argumento e sob o primado do direito; a organização do espaço sul-americano, nossa vizinhança imediata, em função das possibilidades de integração, do enfrentamento de ilícitos que não respeitam fronteiras e da plena vigência da Carta Democrática Interamericana; a cooperação com a África, continente a que somos vinculados por laços históricos e em que crescem as oportunidades econômicas; o contínuo aperfeiçoamento dos serviços consulares com que contam mais de 3,5 milhões de brasileiros em mais de 100 países.

A enumeração ainda não é exaustiva. Mas, somada às urgências que resumidamente apresentei, já dá a medida do universo de prioridades de nossa política externa. Política pública, reitero, que, reflexo da pluralidade do Brasil e intimamente imbricada com outras políticas públicas, só se realiza no diálogo também para dentro do País.

5.3. “O Itamaraty no combate à Covid-19” – artigo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, para a Revista Distrito Internacional, n. 1, em 27 de dezembro de 2021

Estendo meus agradecimentos ao Governo do Distrito Federal pela oportunidade para compartilhar essas notas e passar em revista algumas das iniciativas do Itamaraty que integraram a ação do governo do Presidente Jair Bolsonaro desde que a Covid-19 atingiu o mundo. Comentar o trabalho que foi desenvolvido representa exercício de prestação de contas e transparência, necessário em qualquer democracia madura.

Passados mais de 18 meses do início da pandemia de Covid-19, declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, convém realizar balanço, ainda que parcial, do que tem feito a diplomacia brasileira para enfrentar o desafio que ela impôs ao Brasil e ao mundo.

É difícil dimensionar a escala do impacto causado pela pandemia, em termos de perda de vidas, de prejuízos econômicos e de aumento da instabilidade internacional. Milhões de vítimas fatais, escolas fechadas, famílias separadas, restrições de viagens e deslocamentos de modo geral, a virtual paralisação de setores inteiros da economia global e a maior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Foi nesse contexto que assumi a honrosa tarefa que me foi confiada pelo Presidente Jair Bolsonaro de liderar o Ministério das Relações Exteriores

(MRE). Como não poderia deixar de ser, a diplomacia da saúde esteve, desde o início, no topo de nossas prioridades, assim como a recuperação econômica e os esforços em prol do desenvolvimento sustentável.

Tem sido um período de enorme desafio, mas principalmente de aprendizado e de intenso trabalho. Passamos, em poucas semanas, de uma atividade de identificação, diagnóstico e análise para outra de construção de capacidades, mitigação de riscos e elaboração de respostas. Tratou-se de verdadeiro exercício de gestão de crises, a exigir-nos criatividade, dinamismo e adaptação. O Ministério das Relações Exteriores conseguiu demonstrar resiliência ante os desafios apresentados e deu prova de sua capacidade de defender o interesse nacional e prestar serviços de qualidade aos cidadãos brasileiros.

Nesse momento inédito para nossa geração, verificamos novamente o acerto da Constituição ao estabelecer os princípios que regem nossas relações internacionais, com destaque para a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Sob este signo, o Itamaraty desenvolveu iniciativas importantes, que, não resta dúvida, ajudaram na mobilização nacional de contenção do vírus e de seus efeitos negativos sobre a vida dos brasileiros.

A tradicional atuação internacional do Brasil no campo sanitário foi fortalecida e aprimorada. O MRE e o Ministério da Saúde atuaram de mãos dadas nesse esforço, voltado para troca de informações, discussões sobre boas práticas, obtenção de medicamentos e insumos hospitalares e desenvolvimento e aquisição de imunizantes contra a Covid-19.

O Itamaraty agiu decisivamente para a importação desses imunizantes e dos insumos necessários para sua produção (Ingrediente Farmacêutico Ativo – IFA). Não se pode deixar de ressaltar o papel das doações no auge do enfrentamento à pandemia. O Itamaraty coordenou o recebimento de ofertas de medicamentos, EPIs e máquinas de exame feitas ao Brasil por nações amigas. Também pudemos fazer nossa contribuição, atendendo a pedidos de 24 países parceiros, principalmente por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que recebeu, em 2020, recursos extraordinários no valor de R\$ 28 milhões para emprego exclusivo em ações de cooperação humanitária internacional para enfrentamento da Covid-19.

O Brasil tem trabalhado tanto no desenvolvimento de vacinas próprias quanto na criação de capacidade tecnológica para a produção dos componentes das vacinas estrangeiras utilizadas no país. Tencionamos fornecer imunizantes

a outros países tão logo a produção doméstica o permita, dando prioridade aos nossos parceiros da América Latina.

Uma das diretrizes centrais do Presidente Bolsonaro no enfrentamento da pandemia é a de que nossa atuação deveria ter como horizonte a proteção da saúde e, também, dos empregos. Tendo isso presente, o Itamaraty valeu-se amplamente da diplomacia econômica para buscar condições de suporte à economia brasileira, de acesso a insumos estratégicos no combate à crise e de aquisição de tecnologia para os imunizantes.

No debate sobre propriedade intelectual no âmbito da OMC, o Brasil tem sublinhado a necessidade de que a decisão de eventual relaxamento das proteções do Acordo TRIPS (seja uma moratória, seja a ampliação de flexibilidades do Acordo, ou algo híbrido) possa ser implementada no menor prazo possível, de forma a contribuir para a produção de vacinas e de outros tratamentos para o combate da pandemia.

Ainda em 2020, no âmbito multilateral, juntamente com os demais membros do G20, o Brasil apoiou o documento “Ações do G20 para apoiar o comércio e investimentos mundiais em resposta à Covid-19”, que prevê ações coletivas em regulação e facilitação do comércio, transparência, operação de redes logísticas, suporte às micro, pequenas e médias empresas, apoio ao sistema multilateral de comércio, construção de resiliência das cadeias globais de valor e fortalecimento dos investimentos internacionais.

Nossa participação nos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento também canalizou a relevante contribuição que tais instituições podem dar aos países-membros. No âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), órgão colegiado do qual o Itamaraty participa, destacou-se a aprovação do “Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo Covid-19 no Brasil”, com financiamentos de seis daqueles organismos, no total de US\$ 4 bilhões, que contribuíram significativamente para a implementação de políticas públicas nas três esferas da federação.

Outra área em que o Itamaraty atuou intensamente no combate à pandemia foi a do serviço consular. É difícil imaginar algum período, nas últimas décadas, em que a diplomacia consular tenha sido tão requisitada como na fase inicial da pandemia. Sem muito planejamento, medidas unilaterais foram adotadas da noite para o dia em dezenas de países. Milhares de brasileiros que estavam em solo estrangeiro foram pegos de surpresa.

Tivemos de redobrar esforços na área consular, de modo a atender os brasileiros expatriados que recorriam a nossas representações em busca de

assistência. Integramos o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional e, com esse mecanismo interagência, passamos a colher e sistematizar informações sobre o volume de brasileiros que ficaram retidos no exterior em razão da emergência sanitária.

Dentro do MRE, criamos grupos de trabalho para “Plantões Consulares”, separados por regiões, e designamos funcionários que estiveram disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, para o atendimento ao público, mediante contato telefônico que divulgamos em nossas redes sociais e demais canais institucionais. Esses esforços possibilitaram ao governo brasileiro repatriar mais de 38.800 nacionais que se encontravam retidos no exterior. Desse total, mais de 8.000 brasileiros foram repatriados em 37 voos fretados diretamente pelo MRE, vindos de cerca de 100 países, graças a recursos de Medidas Provisórias decretadas pelo Presidente Bolsonaro.

A crise que a humanidade ainda está por superar expôs nossas fragilidades e os riscos a que estamos sujeitos. Se há algo que certamente precisamos – organizações e indivíduos - internalizar em nossa atuação é a importância do imprevisível e a influência que ele tem no trabalho que realizamos diariamente.

Penso que é preciso maior esforço analítico para entender a natureza das crises que provavelmente teremos de enfrentar. Até pouco tempo, costumávamos pensar que as grandes ameaças à segurança e à estabilidade das relações internacionais seriam fruto de embates militares, ataques terroristas, choques econômicos e outros fatores correlatos.

A pandemia parece ter expandido consideravelmente a percepção dos desafios que teremos de levar em conta. Teremos de atentar para questões que vão desde o surgimento de zoonoses a desastres ambientais, passando pela segurança cibernética e a mudança do clima. O conhecimento para compreender tais problemas é multidisciplinar, e a capacidade para resolvê-los depende da ação coordenada do Estado, envolvendo os três poderes e as três instâncias de governo, sempre em diálogo e colaboração com os diversos segmentos de nossa sociedade.

6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

6.1. Post no X por ocasião do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher – 25 de novembro de 2021

Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr

[Translate post](#)

No Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, o #Itamaraty reitera seu compromisso com todas as **#brasileiras** que estão no exterior em situação de vulnerabilidade. @mdhbrasil

**CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO
CONTRA BRASILEIRAS NO EXTERIOR
Atendimentos pela Rede Consular
(jan/20 - out/21)**

1.440 Número total de atendimentos realizados | **76** países em 53 países

Principais canais utilizados pelas vítimas

- E-mail
- Plantão consular: Telefone/WhatsApp

Fluxo sugerido de atendimento, a ser adaptado conforme características locais*

- Acolhimento à vítima e entrevista com o consulador de caráter humanizado e não-inquisitivo.
- Eventual contato com autoridades locais ou encaminhamento a instituições locais de assistência ou à Interpol.
- Eventual repatriação ao Brasil.

*de acordo com a norma 3.9.3 do Manual do Serviço Consular e Jurídico

Divisão de Assistência Consular
Ministério das Relações Exteriores

Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Nov 25, 2021

O @ItamaratyGovBr tem intensificado ações para combater a violência doméstica e de gênero contra brasileiras no exterior. As Embaixadas e Consulados do 🇧🇷 seguem atentos e agindo sempre que acionados.

1 1 3 111 1 1

Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Nov 25, 2021

No biênio 2020-21, houve cerca de 1.440 atendimentos realizados pela rede consular em todo o mundo sobre casos de violência doméstica e de gênero.

1 2 7 111 1 1

Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Nov 25, 2021

Novas campanhas estão sendo desenvolvidas, para ampliar as formas e canais de denúncia e aperfeiçoar a assistência a **#brasileiras**.

1 2 13 111 1 1

Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Nov 25, 2021

Se você mora fora do **#Brasil** e for vítima de violência doméstica, procure ajuda na Embaixada ou Consulado brasileiro mais próximo.

6.2. Post no X por ocasião da Campanha Sinal Vermelho – 10 de dezembro de 2021

 Itamaraty Brasil  @ItamaratyGovBr 

 [Translate post](#)

Os postos do  no exterior aderiram à campanha [@sinalvermelho](#), em mais uma mostra do compromisso do [#Itamaraty](#) com o combate à violência doméstica e com a proteção de brasileiras e brasileiros no .

Representações brasileiras juntam-se à Campanha Sinal Vermelho



 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  AMB  CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

5:11 PM · Dec 10, 2021

 Itamaraty Brasil  @ItamaratyGovBr · Dec 10, 2021 

A campanha, promovida pela [@magistradosbr](#) e pelo [@CNJoficial](#), permite a denúncia silenciosa de vítimas de violência doméstica e de gênero, por meio de sinal em forma de  na mão. As representações do  no exterior serão habilitadas a identificar o sinal como pedido de ajuda.

 1  5  16   

 Itamaraty Brasil  @ItamaratyGovBr · Dec 10, 2021 

Se você mora fora do  e for vítima de violência doméstica, procure ajuda no [#consulado](#) ou setor consultar da [#embajada](#) mais próximos: gov.br/mre/pt-br/assu...

  5  17   